

**UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO E DA REGIÃO DO PANTANAL – UNIDERP**

MARCOS REZENDE MORANDI

**O JORNALISMO DIÁRIO DE CAMPO GRANDE
E A RELAÇÃO COM A AGENDA 21 LOCAL**

**CAMPO GRANDE – MS
2005**

MARCOS REZENDE MORANDI

**O JORNALISMO DIÁRIO DE CAMPO GRANDE
E A RELAÇÃO COM A AGENDA 21 LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:

Prof. Dr. Eron Brum

Profa. Dra. Albana Xavier Nogueira

Profa. Dra. Mercedes Abid Mercante

**CAMPO GRANDE – MS
2005**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidato: **Marcos Rezende Morandi**

Dissertação defendida e aprovada em 4 de julho de 2005 pela Banca Examinadora:

Prof. Doutor **Eron Brum (orientador)**

Prof. Doutor **David Victor-Emanuel Tauro (UFMS)**

Prof. Doutor **Francisco Carlos Trindade Leite (UNIDERP)**

Prof. Doutor **Silvio Favero**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Profa. Doutora **Lúcia Salsa Corrêa**
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIDERP

Dedico este trabalho à minha esposa Daniela e à
minha filha Mariella.
Por meio delas eu tive força, encontrei carinho e
recebi compreensão.

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho acadêmico exige do pesquisador dedicação e aprofundamento. No entanto, se ele não contar com o auxílio de outras pessoas e instituições, com certeza as coisas podem ficar mais difíceis.

Por isso quero ser grato:

- A Deus, pela vida. Por meio dele tive condições de chegar até aqui.
- Ao meu orientador (desde a graduação), Eron Brum, pelos seus valorosos ensinamentos, pelo estímulo, pela atenção e pelo respeito;
- Ao amigo Jacir Zanatta, pela confiança e pelo apoio;
- A coordenadora da Agenda 21 Local, Jussara Jacques de Almeida, que facilitou o acesso a alguns documentos fundamentais para esta pesquisa;
- As professoras Regina Frias e Yara Medeiros, que me emprestaram importantes livros;
- As professoras Mercedes Abid e Albana Xavier pelas importantes orientações;
- A todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a execução deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 O PODER DA COMUNICAÇÃO E SEUS MECANISMOS DE INFLUÊNCIAS.....	5
2.1.1 Sociedade da Informação e da Mediação.....	5
2.1.2 A Comunicação como Agente de Transformação	8
2.1.3 Informar e ser Informado	13
2.1.4 Comunicação e Participação Comunitária.....	16
2.2 A AGENDA 21 PEDE PASSAGEM.....	21
2.2.1 A Nova Ordem Ambiental.....	21
2.2.2 O Poder das Organizações.....	22
2.2.3 Acordos internacionais.....	26
2.2.4 A Conferência do Rio	30
2.2.5 A Agenda 21 e os Compromissos com o Futuro	32
2.3 CAMPO GRANDE, NOSSO LUGAR	34
2.3.1 Conhecendo a Cidade.....	34
2.3.2 Estratégias para o Futuro.....	36
2.3.3 Sete Temas e Muitos Desafios	39
3 METODOLOGIA	45
3.1 LOCAL DA PESQUISA	45
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	45
3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1 A AGENDA 21 LOCAL E ATUAÇÃO DOS JORNAIS IMPRESSOS	47
4.2 A AUSÊNCIA DOS MEIOS	48
4.3 O MEIO AMBIENTE E A COMUNICAÇÃO NA VISÃO DOS ENVOLVIDOS NA AGENDA 21 DE CAMPO GRANDE	54
4.4 A AGENDA 21 E O OLHAR DOS JORNALISTAS	58
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD
Centro Internacional de Ligação para o Meio Ambiente - CILMA
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – CNUMAD
Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM
Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização - CMDU
Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA
Empresas Transnacionais – ETNs
Faculdades de Campo Grande - UNAES
Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL)
Fundo Mundial para a Natureza – WWF
Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instituto Campo Grande de Ensino Superior - ICGES
Instituto de Ensino Superior – IESFF – FUNLEC)
Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de meio Ambiente – PLANURB
National Wildlife Federation - NWF
Organização das Nações Unidas – ONU
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - Unesco
Organizações Internacionais Governamentais - OIGs
Organizações Não-Governamentais – ONGs
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA
União Européia – UE
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP

RESUMO

A construção da Agenda 21 de Campo Grande envolveu os mais variados setores da sociedade civil organizada em torno de um projeto voltado para a busca de soluções relacionadas ao meio ambiente. Os longos debates deram fruto ao documento *Campo Grande, Nosso Lugar – Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável*, lançado em junho de 2004. As primeiras reuniões só começaram a acontecer quase uma década depois, em 2001, quando a Prefeitura Municipal, por intermédio do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB) deu início ao processo de elaboração da sua Agenda 21 Local. A inspiração para a construção de uma proposta que atendesse as características específicas da cidade com seus problemas e suas próprias qualidades é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92 ou RIO-92. Além de estudar as estratégias adotadas pelo município na elaboração da Agenda 21 Local e os eixos temáticos apontados pelas entidades representativas, envolvidas durante todo o processo, a pesquisa busca esclarecer a participação da comunicação, em especial dos jornais impressos. Nesse sentido, em virtude da importância desses meios, o jornalismo pode contribuir diretamente com a mobilização da sociedade e influenciar significativamente na construção de novos modelos de relações como forma de superação de práticas socialmente injustas e prejudiciais ao meio ambiente.

Palavras chaves:

Desenvolvimento Sustentável, Comunicação, Meio Ambiente, Sociedade, Agenda 21

ABSTRACT

The construction of the Agenda 21 in Campo Grande can be understood as a process that involved various sectors of the organized community to develop a project whose goals are the solution of environmental issues. A series of debates resulted in a document entitled as *Campo Grande, our place – directives for a sustainable development*, started in June of 2004. But the first meetings only started to happen almost a decade later, in 2001, when the city's administration, represented by the Municipal Institute of Urban and Environment Planning, started the process of elaborating a local Agenda 21. The inspiration to construct a proposition that met all the specific characteristics of the city problems and qualities was the 1992 World Summits, also known as RIO-92 or ECO-92. Beyond the study of strategies adopted by the city in the construction of its local Agenda 21 and thematic themes appointed by the responsible entities, this research has the goal to define how mass communications, especially newspapers, participate in the process. The importance of mass communications in the process is related to how journalism can directly contribute to the mobilization of society and influence in the construction of new models related to overcoming socially unfair and prejudicial practices against the environment.

Key words: sustainable development, communication, environment, society, agenda 21

1 INTRODUÇÃO

Desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, alguns setores da sociedade, em especial as instituições públicas e, também, as organizações não-governamentais (ONGs) vêm fazendo algumas mobilizações em diversas cidades e estados do País para a implantação da Agenda 21. Embora pareçam tardias, em alguns casos, pela demora na implantação das propostas de cada município, essas ações tornam-se fundamentais na construção de um modelo de desenvolvimento local que esteja embasado nos princípios da sustentabilidade.

Em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, as primeiras reuniões só começaram a acontecer quase uma década depois, em 2001, quando a Prefeitura Municipal, por intermédio do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB) deu início ao processo de elaboração da sua Agenda 21 Local. A inspiração para a construção de uma proposta que atendesse as características específicas da cidade com seus problemas e suas próprias qualidade é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) , também conhecida como ECO-92 ou RIO-92.

O compromisso firmado no Rio de Janeiro e respaldado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para elaboração e implantação da Agenda 21 é revestido de significados simbólicos. Ele carrega em sua gênese o enfrentamento e a superação de questões ambientais que preocupam o mundo e que aos poucos vêm despertando a consciência de cada cidadão e conseqüentemente de toda a sociedade para a união de esforços em torno de projetos que possam ser traduzidos em prol de todo o planeta Terra. E essas ações passam a ter sentidos quando se distanciam do discurso retórico e são revertidas em práticas salutareas que promovem o desenvolvimento, mas que, sobretudo, possam garantir as condições mínimas da sobrevivência de todos os seres, em especial do próprio homem.

A experiência de implantação da Agenda 21 de Campo Grande merece algumas reflexões que refletem os eixos assumidos na elaboração do documento, que deve nortear os rumos da cidade nos próximos anos. O fato do município dispor previamente de algumas condições favoráveis e que convergem para o desenvolvimento sustentável e para a gestão participativa, entre elas, a existência dos Conselhos Municipais e Regionais e sua relação direta com os meios ambiental,

social e urbanístico. Tudo isso contribuiu fortemente para o surgimento das propostas, que, na medida do possível, procuram contemplar os anseios da sociedade que teve participação efetiva na construção desse documento e que, agora, precisam saltar do papel e ser colocadas em prática.

Por outro lado, embora alguns segmentos tenham tido participações significativas na elaboração da Agenda 21 Local, outros importantes setores estiveram completamente distantes dessa discussão. Nesse contexto, a ausência sentida dos meios de comunicação, dada a sua importância, requer uma análise sobre o seu verdadeiro papel na sociedade. Dessa forma, a presente pesquisa propõe, também, um olhar mais reflexivo a respeito das relações entre meio ambiente e a comunicação social.

Além de estudar as estratégias adotadas pelo município na elaboração da Agenda 21 Local e os eixos temáticos apontados pelas entidades representativas, envolvidas durante todo o processo, a pesquisa busca esclarecer a participação da comunicação, em especial dos jornais impressos. Nesse sentido, em virtude da importância desses meios, o jornalismo pode contribuir diretamente com a mobilização da sociedade e influenciar significativamente na construção de novos modelos de relações como forma de superação de práticas socialmente injustas e prejudiciais ao meio ambiente.

Dessa forma, a pesquisa investiga o papel da comunicação social na mobilização e articulação da comunidade para os principais problemas e soluções apontados na Agenda 21 de Campo Grande, com enfoque especial nas sete linhas temáticas: Educação e ampla divulgação sobre a Agenda 21 Local; Gestão compartilhada; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Saúde pública e Desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano. O estudo também analisa o processo de comunicação utilizado pelo poder público e pelas organizações não-governamentais durante a discussão e elaboração da proposta local.

O presente estudo também tem os objetivos mais específicos de analisar as formas como a comunidade tem acesso aos mecanismos de mobilização para o debate das questões relativas à Agenda 21 Local; de verificar a influência dos meios de comunicação, através dos jornais Correio do Estado, Diário do Pantanal, Folha do Povo e Primeira Hora, na mudança de articulação das comunidades, do poder público e das organizações não governamentais diante dos mecanismos de mobilização em torno da elaboração do documento de Campo Grande. A pesquisa

levanta o significado e a importância da Agenda 21 no universo cotidiano das entidades envolvidas nesse processo e também verifica a relação entre comunicação e mobilização, a partir de estudos teóricos e de estudo de caso e identifica os reflexos dessa realidade na sociedade campo-grandense.

Na parte metodológica a pesquisa é desenvolvida no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, sendo realizado estudo exploratório por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada na consulta a fontes primárias e secundárias, composta de obras literárias. Além disso, foram realizados estudos do comportamento da mídia impressa na divulgação das matérias e no espaço destinado ao tema Agenda 21, entrevistas com alguns profissionais que atuam nos jornais pesquisados e representantes de entidades ambientalistas, associações de moradores e acompanhamento das ações das Ongs e do Poder Público (Prefeitura Municipal).

A pesquisa foi desenvolvida em sete capítulos, incluindo a introdução, a parte da conclusão e o referencial bibliográfico. O **capítulo 2** é dedicado às questões conceituais da comunicação e faz uma abordagem sobre as influências que ela pode exercer na sociedade, traçando os mecanismos de ação dos meios, passando pelo papel dos jornalistas e a responsabilidade com assuntos que envolvem posturas relativas ao individual e ao coletivo.

No **capítulo 3** o foco principal é a colocação da discussão ambiental no contexto internacional. É a parte de pesquisa que faz uma radiografia sobre os grandes debates já realizados no mundo sobre meio ambiente e que estabelece uma relação com a necessidade de unificação do discurso sobre as perspectivas do desenvolvimento sustentável. O nascimento da Agenda 21 como compromisso para a sobrevivência do planeta terra, passa, então, a ser o assunto principal dessa parte do estudo.

O **capítulo 4** aborda as mobilizações feitas para a execução da Agenda 21 Local. É um momento em que a pesquisa analisa as ações realizadas em Campo Grande e que dá as diretrizes para o futuro da cidade. O resultado das mobilizações do poder público e das entidades envolvidas no processo pode ser observado na concretização da proposta que, aqui, é minuciosamente analisada, com apresentação dos eixos temáticos que constituem o novo rosto da cidade.

O papel da comunicação, em especial dos cinco jornais diários de Campo Grande, e sua relação direta com o processo de construção da Agenda 21 Local

também servem de fundamentação do **capítulo 5**. Nele estão, ainda, as abordagens referentes ao desempenho desses meios de comunicação as opiniões dos principais atores envolvidos, tanto das redações, quanto do poder público e das entidades representativas da sociedade.

Para compreender como foi estabelecida a relação da mídia impressa de Campo Grande com o processo de construção da agenda 21 Local foi necessário propor como objetivo geral a investigação do papel da comunicação social na mobilização e articulação da comunidade para os principais problemas e soluções apontados na Agenda 21, com enfoque especial nas sete linhas temáticas, que são: Educação e ampla divulgação sobre a agenda 21 local; Gestão compartilhada; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Saúde pública; Desenvolvimento econômico e Desenvolvimento urbano.

Os objetivos específicos são: a) analisar as formas como a comunidade tem acesso aos mecanismos de mobilização para o debate das questões relativas à Agenda 21; b) investigar a influência dos meios de comunicação, através dos jornais Correio do Estado, Diário do Pantanal, Folha do Povo, O Estado de Mato Grosso do Sul e Primeira Hora na mudança dos padrões de articulação das comunidades, do poder público e da organizações não-governamentais, quanto aos mecanismos de mobilização em torno da Agenda 21 local; c) identificar o significado da Agenda 21 e sua importância no universo cotidiano das entidades envolvidas; d) verificar a relação entre comunicação e mobilização, a partir de estudos teóricos e de estudo de caso e identificar os reflexos dessa realidade na sociedade campo-grandense.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O PODER DA COMUNICAÇÃO E SEUS MECANISMOS DE INFLUÊNCIAS

2.1.1 Sociedade da Informação e da Mediação

A sociedade contemporânea atravessa um período rico para o estudo da mídia e seus reflexos na vida das pessoas. No entanto, além de direcionar a atenção para os efeitos dos avanços tecnológicos, torna-se imprescindível uma abordagem acerca da questão conceitual da comunicação e seus objetivos. Nesse sentido, Berlo (1999) faz uma análise a partir de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos e que demonstrou que o norte-americano gasta cerca 70% do tempo ativo comunicando-se verbalmente (ouvindo, falando, lendo e escrevendo). Na sua análise, o autor conclui que “cada um de nós gasta de dez a onze horas por dia em comunicação verbal”.

O estudo de Berlo (1999) aponta caminhos necessários para a observação da comunicação e seus efeitos na sociedade, tendo como princípio o objetivo da comunicação. Ao citar Aristóteles, em referência direta à retórica, como a procura de “todos os meios disponíveis de persuasão”, ele traça um paralelo entre os objetivos da pessoa responsável pelo discurso e a sua clara intenção em arrastar outras pessoas para o ponto de vista de quem fala. Dessa forma, sendo o homem um ser racional e político, na sua essência, torna-se cada vez mais claro o seu papel de influência no contexto em que está inserido. Esse postulado fica ainda evidente quando afirma:

Nosso objetivo básico na comunicação é nos tornar agentes influentes, é influenciarmos outros, nosso ambiente físico e nós próprios, é nos tornar agentes determinantes, é termos opção no andamento das coisas. Em suma, nós nos comunicamos para influenciar – para influenciar com intenção (BERLO, 1999, p. 12).

A análise de Berlo requer uma retrospectiva a respeito do significado etimológico do termo comunicação e que é abordado por Martino (2001, p.12) e origina-se do latim *comunicatio*, do qual podem ser distintos três elementos: a raiz *munis*, que quer dizer estar “encarregado de”, o prefixo *co*, que dá a idéia de reunião ou de atividade realizada conjuntamente e a terminação *tio*, que representa atividade. Essa concepção passa a ser entendida por Martino (2001) como uma

espécie de passagem para o universo conceitual da comunicação como um processo bem delimitado no tempo.

Segundo Martino (2001), o termo comunicação também não pode ser aplicado nem às propriedades ou ao modo de ser das coisas. Além disso, a comunicação não exprime uma ação que reúne os membros de uma comunidade, nem designa o ser, nem a ação sobre a matéria, muito menos a práxis social. O que está em jogo é um tipo de relação intencional exercida sobre os outros e que pode resultar na adoção do termo como uma “ação em comum”, desde que o objeto de consciência seja o mesmo. Assim, Martino observa que a comunicação passa a ser o processo de partilha de um mesmo objeto de consciência e que, por fim, exprime a relação entre consciências.

Ao afirmar que a comunicação é fruto da ação do homem a partir dele mesmo e, por isso, torna-se subjetiva e em seguida com o mundo, por meio da interação com “outrem”, que passa a produzir desejo, conhecimento e reconhecimento, Martino (2001) completa o seu pensamento, tomando a comunicação como um processo, que não chega a ser de persuasão como quer Berlo (1999), mas que de forma direta ou indireta influencia na relação entre as pessoas.

Mais do que estabelecer uma proposição etimológica do conceito de comunicação, Martino diz que a palavra carrega o significado da comunhão, da participação em comunidade. A noção de que o processo da comunicação passa a adquirir contornos de mobilização pode ser entendida a partir da possibilidade de “sintonização entre o que recebe e o que envia uma determinada mensagem”.

A idéia da comunicação como agente de transformação social não constitui novidade no mundo contemporâneo. Várias correntes de pensamento têm mostrado ao longo dos anos, que as mudanças ocorridas advêm da ação humana e são geradas de acordo com a evolução das relações e que, geralmente, não são desprovidas de intenções.

Ao desenvolverem um minucioso estudo relativo à história das teorias da comunicação, Mattelart, Armand e Michèle, (1999, p.73) ressaltam que a sociologia funcionalista facilitou a concepção de mídias e de novas ferramentas que acabaram atuando como mecanismos que contribuíram para a regulação da sociedade e, conseqüentemente para a reprodução dos valores do sistema social.

Descritos e aceitos pela análise funcional como mecanismos de ajustes, os meios de comunicação tornam-se suspeitos de violência simbólica, e são encarados como meios de poder e de dominação (MATTELART, Armand e Michèle, 1999, p.73).

Para os autores as teorias da comunicação constituem processos de leitura a respeito da evolução da sociedade, mas também requer entendimentos que não estejam desvinculados da realidade. A história dessas teorias, segundo o autor, está permeada de acontecimentos que permitem uma leitura crítica da finalidade e dos desafios suscitados pela comunicação. Mattelart (1999) explica que o vínculo social entre os indivíduos, estabelecido na comunicação comum, exercem um papel estruturante e que vai influenciar diretamente na organização da sociedade e da nova ordem mundial. Além disso, essa abordagem sobre o domínio da comunicação colabora para a definição da sociedade como resultante dessa mesma comunicação e que é definida em termos de rede.

Ao contrapor a idéia de que nem sempre o desenvolvimento tecnológico, – responsável pela aceleração do processo de comunicação no mundo-, favorece o crescimento da sociedade, Mattelart recorre a uma citação do filósofo italiano Gianni Vattimo, para quem a sociedade da mídia está longe de ser uma sociedade “mais esclarecida, mais educada, mais consciente de si”. Na visão de Mattelart, a concepção de Vattimo mostra que o mundo da comunicação explode sob a pressão de uma multiplicidade de racionalidades locais, étnicas, sexuais e religiosas.

As concepções de comunicação não podem estar dissociadas dos efeitos que todo esse processo pode exercer na sociedade. É no convívio das pessoas que a comunicação constrói e solidifica a sua sustentação e estende as suas ações como forma de ampliar as raízes dos seus mecanismos. O longo caminho da comunicação, segundo Martín-Barbero (1997), passa pela sua conversão em espaço estratégico por meio do qual são pensados os bloqueios e as contradições e que cada vez mais favorecem e fortalecem a idéia de que as sociedades estão emaranhadas em suas próprias encruzilhadas.

Ao refletir sobre a idéia de que a sociedade encontra-se “a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva”, Martín-Barbero (1997, P. 258) afirma que, para entender melhor a sociedade e o seu conseqüente processo de comunicação, é necessário deslocar o foco de atenção.

O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais. (Martin-Barbero, 1997, p. 258).

Dessa forma, Martin-Barbero (1997, p.286) continua apontando o caminho do entendimento entre política e cultura e que requer uma nova leitura em torno das relações que são construídas pelo processo da comunicação. Para ele, o resultado concreto dessas relações é fruto das mediações entre a sociedade e os seus próprios meios.

2.1.2 A Comunicação como Agente de Transformação

Se Berlo afirma que o homem se comunica para influenciar, cada vez mais essas ações sofrem as consequências das modificações instaladas no cotidiano da própria sociedade que vem acompanhando as transformações em ritmo acelerado. Essas mudanças são tão visíveis e palpáveis que não dá para ignorar a real presença de novos e preponderantes elementos da comunicação e que vem, inclusive, alterando as teorias que tratam desses assuntos. A cada novo dia existe um jeito novo de aproximar e, também, de distanciar o homem de si mesmo, criando, assim, um cenário diferente, mais ágil e ao mesmo tempo mais estranho.

As imagens desse novo cenário, como analisa Marcondes Filho (1998), são frutos das novas tecnologias, que não representam aqui o objeto principal da pesquisa, mas que merecem algumas observações. Elas, as novas tecnologias, segundo o autor, são responsáveis pela implosão de conceitos quase intocáveis como, emissor, canal, mensagem e receptor, detonando categorias como “sociedade de massas” e praticamente anulando termos como indústria cultural e industrial das consciências.

Para entender a comunicação como ciência, segundo Marcondes Filho, foi necessário refutar algumas teorias, principalmente as conspiratórias dos anos 20 e 30 que trataram de manipulações, controle das massas, hipnotização e narcotização da audiência. Esses procedimentos, no entanto, não foram suficientes para encerrar a questão. O uso inadequado dos dados jornalísticos trabalhados pela “indústria da notícia” tornou a informação sem valor, fazendo surgir um novo ciclo.

Com as modificações ocorridas na sociedade, cada um começou a agir como

“relé” em um trincado sistema de troca de dados e que pode ter modificado os conceitos de emissão e recepção. Dessa forma, a análise de Marcondes Filho (1998, p. 06), ganha contornos mais significativos, levando-o a refletir a respeito do conteúdo mediado pelos veículos, ou seja, “fala-se nas próprias mensagens como agentes, atuando em sistemas interativos e virtuais, como produtoras de outras mensagens e sentidos”.

A comunicação não só deve ser entendida como um poderoso instrumento de mediação da mensagem, como também passa a exercer um papel de modificadora de costumes e atitudes. Ela constrói a realidade a partir dos seus próprios mecanismos e que são alavancados pelo avanço tecnológico, apesar do universo imaginário que ela possibilita, a sociedade vem conhecendo “outras realidades” que se confundem com o mundo realmente concebido e pela realidade construída por meio da comunicação. Guareschi (1991) denominou isso de mundo teleinformatizado, onde a única realidade passa a ser a representação da realidade. É um mundo de sinais onde tudo passa a ser simbólico e muitas vezes, imaterial.

O que preocupa nesse emaranhado de ruídos é o resultado concreto de um processo de comunicação que pode ser considerado maléfico para a sociedade, uma vez que muitas vezes constrói uma realidade que não é real. Guareschi denuncia essa faceta nada recomendável da “realidade construída” e que acaba, sob determinada ótica, em maquiagem a realidade, como aconteceu na época da repressão militar, conhecida como “milagre brasileiro” e que foi analisada pelo autor como “maior exercício de marketing internacional do Brasil”.

Nesse período obscuro da história brasileira, o governo utilizou recursos públicos que ultrapassaram a cifra de meio milhão de dólares para bancar um consórcio formado pelas principais agências publicitárias e que tinha como finalidade a construção uma imagem que nunca existiu. Foram redigidos anúncios em cinco línguas e distribuídos aos maiores jornais e revistas dos países do bloco capitalista.

A idéia da construção de diferentes realidades pela comunicação merece reflexões mais aprofundadas sobre a existência de situações que acontecem no chamado mundo globalizado. Ninguém é obrigado a aceitar aquilo que não quer, a não ser quando não é algo cognoscível e que é empurrado como “verdade absoluta”. Uma coisa existe ou deixa de existir, segundo Guareschi, quando é comunicada ou veiculada e é a partir dessa ótica que a comunicação torna-se duplamente perigosa, à medida que pode criar realidade, como na forma em que

pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas. Para o autor, quem detém a comunicação, detém o poder. Esse raciocínio é respaldado pela concepção de que a realidade é construída pela comunicação e, quem detém a construção dessa realidade exerce poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das idéias e sobre a criação da opinião pública.

O desafio da comunicação ou de quem exerce algum poder de decisão sobre os seus mecanismos de influências é saber diferenciar o que é real do imaginário e distinguir aquilo que é daquilo que não é. Para que isso seja possível ou claramente perceptível é preciso compreender o processo a partir da suas ações em alguns setores da sociedade, como, por exemplo, no campo da cultura, que, de acordo com Azevedo (1988), é conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e ligados aos fenômenos perceptíveis da ação e comunicação de um grupo humano concreto.

E é exatamente nesse conjunto de sentidos e significações vivido e assumido pelo homem que a comunicação atua, principalmente por meio dos seus meios ou veículos. São esses meios, que estão sempre presentes e são fatores indispensáveis, tanto na criação como na transmissão, mudança, legitimação e reprodução de determinada cultura.

Para aprofundar a discussão em torno do papel da comunicação, enquanto processo, é necessário entrar, mesmo que superficialmente, na comunicação de massa. Os meios agem através da transformação e descaracterização cultural e, dessa forma, acabam contribuindo para a dependência econômica, como aconteceu no Brasil, ao longo dos anos e que contribuiu para a implantação do modelo agrário existente no Brasil, que, como observou Furtado (1974), estava fundamentado na concentração de renda numa pequena parte da população e marginalização conseqüente de grande parte do povo e incentivo à exportação por meio das influências dos meios de comunicação.

Dentro desse contexto analisado por Furtado e pelo próprio Guareschi, a comunicação e a informação passam a ser alavancas importantes no momento de expressar e universalizar a própria vontade e os próprios interesses daqueles que detém os meios de comunicação. Nesse sentido, o capitalismo consolida o modelo econômico predominante no Brasil e passa a exercer fortes influências sobre os meios de comunicação influenciando diretamente na formação dos monopólios.

A posse da comunicação e a informação tornam-se instrumento privilegiado

de dominação, posto que criam a possibilidade de dominar a partir da consciência do outro. Isso faz com que sejam criadas evidências e adesões que interiorizam e colocam nos grupos sociais as verdades e as evidências características de quem está no controle. Dessa forma, tudo pode se transformar em uma espécie de convenção coletiva e que dá início à construção de critérios universais e que nos desgastados conceitos de comunicação de massa, estão diretamente ligadas às aglomerações de indivíduos sem nome e sem rosto nos quais só conta o número, contribuindo assim, para o surgimento da comunicação de “massa”.

Mas estes avanços, que inegavelmente apresentam grandes vantagens e facilidades para a sociedade, mostram também seus problemas, entre eles, o da conversão em instrumento de manipulação a serviço de quem os possui. A informação que esses meios transmitem, supostamente objetiva, transforma-se numa forma de direcionamento social e que permite o manejo de qualquer situação. A comunicação, longe de ser estática, é um processo agente, que possui reações e efeitos capazes de envolver os seres humanos num novo espaço acústico, onde eles passam a ser bombardeados por variadas e inúmeras informações de todas as partes do mundo.

O homem vive um ritmo de tempo e de vida extremamente rápido e acelerado, pois, numa cidade considerada de porte médio, uma pessoa recebe mais de três mil informações por dia. Nos grandes centros, esses números ultrapassam mais de dez mil informações diárias. Nesse sentido, acontece um reforço da tese de que o próprio meio é a mensagem e é ela, em grande parte que atua diretamente no modo de agir de cada pessoa. Assim, o tipo de comunicação tem a ver com a configuração do ser humano, que passa a ser o produto das relações por ele estabelecidas.

Para Ramos (1991, p.7), comunicação é a grande revolução ambígua do século XX, cujos reflexos são cada vez mais estendidos ao século XXI. A cada momento ela soma mais uma conquista tecnológica e vai transformando tudo. Segundo o autor, a comunicação instaura um novo ser: o homem programado, que, na realidade, é fruto do paraíso do monólogo da mercantilização. “É uma constante mudança para não mudar nada”. Para ele, tudo que se lê, se vê, se ouve e se sabe, direta ou indiretamente, passa pela ditadura comunicacional, que comanda o trânsito, de mão única, das idéias. Com todos esses equipamentos de última geração, nunca se esteve tão desinformado e incomunicável como agora.

A evolução tecnológica que provoca a cada instante uma revolução permanente no cotidiano da sociedade moderna é a mola propulsora das redes comunicacionais. Segundo Marcondes Filho (1998, p.11), essas redes são responsáveis pela instituição do novo socius, que, por sua vez refuncionaliza as cidades em telecidades e constrói o chamado homem eletrônico, com múltiplos sistemas-próteses agregados a seu corpo e equipa as casas com os “multimedia domiciliares”, que por consequência transformaram os lares em terminais. Na realidade, são relés de sistemas eletrônicos mundiais, como a telefonia, a televisão, os modems de computador e impressoras. Para Marcondes Filho a vida cotidiana, em todos os seus poros, está hoje permeada pela eletrônica e isso gera consequências na organização da cultura.

Marcondes Filho insiste na análise de que atualmente os domicílios humanos já não são meros terminais do sistema, porque simplesmente a era eletrônica suprimiu o *status* dos receptores da comunicação, que em outras épocas, possibilitava a relação homem-meios de comunicação como um convívio de mão única. Essa questão pode ser compreendida de maneira simplista onde as pessoas recebiam emissões de rádio, assistiam à TV, eram objeto das transmissões e mensagens da comunicação. Agora é diferente. A eletrônica total do planeta instituiu um novo sistema de trocas e criou interatividade e a possibilidade de produzir comunicações a partir de quem antes era o público. Essa evolução vem dando condições para colocar em prática a velha teoria de que o rádio emitisse e ao mesmo transmitisse o retorno do ouvinte.

Enquanto Guareschi (1991) tratou dos meios como processo de domínio e de poder instalando relações que reforçaram o pensamento de McLuhan a respeito da “aldeia global”, Marcondes Filho (1998) traça um paralelo sobre os novos cenários que vêm surgindo todos os dias. É um universo que não está mais nos tratados inimagináveis acerca da evolução das comunicações e que encontra ampliação no próprio que já sente parte da mensagem que ele recebe, podendo, inclusive, modificar os caminhos de todo o processo.

Para Marcondes Filho (1998) o mundo se molda conforme a estrutura imposta pelos meios de comunicação monopolistas, que constituem uma espécie de véu imaginário que enreda toda a sociedade. Segundo ele, a importância de um jornal, de uma revista ou de uma emissora de TV está muito além do fato de falarem ou não a verdade, de reportarem ou não à veracidade de um fato, daquilo que dizem,

da mensagem propriamente dita. Ela está no fato desses meios serem grandes signos do prestígio, imensas estruturas formais. E por assim serem, tornam-se ainda mais, condensadores de opinião, verdadeiros sistemas que definem padrões, normas de status e legitimam práticas.

2.1.3 Informar e ser informado

Uma das formas de medir o grau de ação e atuação da comunicação na sociedade é através das mensagens que ela produz ou que não produz. E isso é possível pela quantidade e qualidade da informação que chega, ou que não chega até o cidadão, que tem o sagrado direito de ser informado. No entanto, essa questão terá que passar pelo viés do jornalismo, que é a instância encarregada da mediação da informação e, conseqüentemente, daquilo que vira notícia.

A importância da informação e do jornalismo na vida das sociedades modernas é uma realidade evidente e tem tomado boa parte da vida do homem moderno. Segundo Cornu (1998), a freqüência à mídia é a terceira ocupação, depois do trabalho e do sono. Essa preocupação, todavia, não é passiva. As questões relativas à ética da informação não interessam somente aos seus principais personagens, que são os jornalistas e os donos dos meios de comunicação. Elas também passam a interessar ao público, que a cada dia sente o efeito das disfunções, erros, deslizos e faltas que podem parecer incompatíveis com o seu modo de pensar a respeito do papel da mídia na sociedade.

A variedade de conteúdos da comunicação é um elemento que interfere na sua ação, motivada, também, pelas funções sociais que ela exerce. Por essa razão, ou seja, pela condição de sua própria práxis jornalística, torna-se difícil uma relação entre informação e sociedade sem um mediador, que neste caso passa a ser o profissional do jornalismo, que deve ser entendido, também, como um agente dentro da sociedade. É nesse contexto que Cornu (1998) suscita a questão dos princípios da deontologia do jornalismo e seus reflexos na atuação direta do jornalista pela liberdade de imprensa –condição inerente ao cidadão que faz parte das sociedades democráticas e que deve ser defendida na ação cotidiana de cada cidadão e de cada profissional que atua nos veículos de comunicação:

O exercício da liberdade de informação implica, em primeiro lugar, no

direito de imprimir, que foi causa das mais antigas pelejas da imprensa contra a censura. A impressão e a difusão de publicações já não carecem, atualmente, de prévia autorização. A imprensa escrita é totalmente livre e não pode sofrer restrições sob a forma de censura (CORNU, 1998, p.46).

O compromisso do profissional de informar a sociedade encontra ressonância em Kant (1994, p.42) ao propor uma ação humana a partir da sua própria vontade como ponto de partida de uma legislação universal. O mesmo pensador retoma essa atitude como sendo fruto das ações humanas. “Procede de maneira que trates a humanidade, tanto na sua pessoa como na pessoa de todos os outros” (Kant, 1964, p.92).

A atitude de um jornalista ao noticiar um fato não pode ser analisada apenas sob a ótica do que interessa aos meios de comunicação. É um agir que deve ser respaldado, também pela prática do bem comum, levando em conta os reflexos sobre o indivíduo, mas, sobretudo, sobre a sua condição de ser social, que vive em comunidade. Essa postura exige do homem uma tomada de posição a favor da sua própria felicidade, uma vez que ele está inserido no meio ambiente em que vive e desse modo, passa a ser tão responsável por esse meio como qualquer outro cidadão.

Para Gomes (2002, p. 47) essa relação entre individual e coletivo se dá de maneira mais contundente no embate do cotidiano. É na prática diária, onde estamos constantemente participando do jogo de interesses entre essas duas forças (individual e coletiva) que o homem e, conseqüentemente, a sociedade caminham para o desenvolvimento. “Se privilegiarmos um pólo ou outro o equilíbrio da equação se desfaz. Quando damos ênfase ao coletivo, atitudes drásticas se vêm justificadas; os legalismos e os totalitarismos encontram seu prato feito”. Quando isso acontece, há uma exacerbação resultante em desequilíbrio, onde as diferenças já não são mais respeitadas e sim combatidas, numa luta desigual.

A disputa entre o individual e o coletivo não deve ser entendida como o fim último das coisas. É preciso ponderar o assunto com algumas reflexões oportunas, como a necessidade do cumprimento do dever para com a sociedade e as obrigações, enquanto funcionário de um determinado veículo. Em qualquer situação o que deve prevalecer é o bom senso e o respeito ao direito individual de cada cidadão que é garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No entanto, o que está em debate não são apenas os direitos individuais, mas também os deveres, apesar deste último (os deveres) configurar somente em dois dos trinta artigos que compõem a Declaração da ONU. E é exatamente no artigo 29, no inciso I, que surge o coletivo como foco de atenção, ao afirmar que: “Todo homem tem deveres para com a comunidade na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível”.

A questão, todavia, não pode ser deslocada de outras referências deontológicas. Há no próprio exercício do jornalismo normas que devem ser observadas e que estão diretamente ligadas ao individual e também coletivo e que se convergem com o documento da ONU, que é o Código de Ética dos Jornalistas, um conjunto de normas éticas aprovado pelos jornalistas profissionais, que logo no seu primeiro artigo declara: “O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse”.

Isso na prática deveria significar a livre veiculação de informações ao público que é o consumidor direto das notícias mediadas pelo jornalista, que não está imune aos seus deveres amplamente descritos no artigo 9, que diz:

É dever do jornalista: a) Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público. b) Lutar pela liberdade de pensamento e expressão. c) Defender o livre exercício da profissão. d) Valorizar, honrar e dignificar a profissão. e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação. g) Respeitar a privacidade do cidadão. h) Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Tanto o Código de ética dos Jornalistas quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos primam pela responsabilidade do profissional diante da informação. Os efeitos desse compromisso moral, mais do que jurídico, reflete diretamente na qualidade do material produzido e que é, ou não, diariamente colocado à disposição da sociedade.

E quem recebe primeiramente a carga de notícias é o indivíduo. Diante dessa situação, é notória a participação e responsabilidade do jornalista que, é ao mesmo tempo individual e coletiva. É individual porque passa pelo seu poder de escolha da

notícia que deve ser transmitida ou omitida, mas também, é coletiva porque atua e influencia no comportamento da sociedade, conforme já observou Guareschi (1991).

O direito de ser informado deve ser entendido como uma condição sagrada para o público e segundo Cornu (1998, p.49) é exatamente esse “direito do público de conhecer” que deve predominar nas relações estabelecidas entre o profissional e a sociedade. Para ele, a informação é propriedade do público e é a ele que os jornalistas devem prioritariamente prestar contas.

Na realidade, o que está em discussão é o direito que todo cidadão tem de ser informado que é puro e deve ter correspondência com o dever do profissional que trabalha a mediação da informação. Para que a mediação da informação seja feita com lisura, com transparência e dentro da veracidade, ela deve ser pautada pelos princípios da ética que evoca em primeiro plano o dever da informação e por conseguinte, o direito que todo cidadão tem de ser informado.

Para Blázquez (1999, p.198), a consolidação de uma relação sadia entre jornalista e sociedade passa obrigatoriamente pela ética, que “é a própria fundamentação do direito e de todas as virtudes humanas”. Na prática, essa observação remete o fazer jornalístico ao seu papel social.

E é diante de comportamentos que estejam voltados para o respeito aos valores humanos, que as relações entre o individual e o coletivo se fortalecem. Todavia, não há outro caminho que converta para o bem comum que não seja o do respeito aos direitos individuais.

2.1.4 Comunicação e Participação Comunitária

Entre o dever de informar e o direito de ser informado há uma espécie de transição que deve ser norteada pelo papel dos meios, que inclui seus agentes de mediação mais próximos, que são os jornalistas e a sociedade consumidora das informações produzidas por ela mesma. Essa é uma condição que envolve os mecanismos de comunicação e que perpassa pela ação de cada cidadão que se coloca como receptor das mensagens veiculadas no jornalismo factual, ou seja, pela imprensa diária que acaba reproduzindo os seus próprios atos.

O conjunto dessas informações passou a ser identificado como mensagem, que é, na realidade o objeto da comunicação de massa, que, segundo Ramos (1995) possui força própria, capaz de conduzir a erros na interpretação de sua real

influência na formação individual de opinião. Essa concepção é consolidada pela análise de Morin (1967) como “um corpo complexo de normas, símbolos e mitos que penetram o indivíduo em sua intimidade e estruturam os instintos”.

O autor reforça a necessidade de uma análise anterior a respeito do significado do ato de informar que em sua gênese se origina do latim *informare*, que significa formar, conceber, determinar, imaginar, delinear. A partir desse entendimento, o que passa a ter importância é a decodificação da mensagem transmitida pelos meios ao consumidor que, na realidade, é um indivíduo que vive em sociedade.

Na prática, pode-se afirmar que a transformação da matéria-prima da informação, que pode ser uma idéia, um fato ou uma situação, é fruto da representação da realidade que traduz tudo em mensagem de difusão coletiva. É a força da mensagem que atua diretamente no processo de institucionalização da comunicação como um referencial do mundo exterior e que interage com o conhecimento pessoal de cada indivíduo adquirido através de suas relações com outros indivíduos.

No entanto, por melhor que seja a mensagem, enquanto conteúdo, ela terá que passar pelo crivo da mediação jornalística. E para saber como funciona essa mediação na prática, é necessário, ainda, saber que jornalismo, segundo Dines (1986, p. 25) “é a busca de circunstâncias” porque pela sua própria natureza aborda os fatos e lida com “material mutante” que são modificados e, ganham novas versões no calor do cotidiano. É exatamente por deter essa condição de mutante, que o jornalismo se encaixa muito bem com o ser humano, que “é imprevisível e impreciso”.

Ao estudar o papel do jornal, Dines (1986, p. 45) ressalta a importância do jornalista e sua constante percepção de que em jornalismo “não existe a permanência, mas a persistência”. Essa posição do autor, que tem uma longa história dedicada ao exercício do jornalismo, destaca o valor da profissão a partir dos seus próprios desafios, que consiste, também, na possibilidade de que, apesar da aparente desordem de uma redação, o jornal estará no dia seguinte nas bancas organizado, sistematizado e acabado. Para o autor, esse caos momentâneo é, na realidade a ordenação da novidade e a rotinização do inesperado, ou seja, todo dia é tudo sempre igual e ao mesmo tempo diferente. O conteúdo nunca é o mesmo e, talvez pelas características próprias de um jornal é que:

O jornalista trabalha com rapidez para completar cada edição, mas

aquela edição se completa com as seguintes até o infinito. Esta noção do tempo distendido, intercalada com o tempo sincopado, faz parte do comportamento físico e psíquico do jornalista. (DINES, 1986, p. 45).

Movidos pela busca constante de novidades, os jornalistas tornam-se cada vez mais objetivos, menos profundos e próximos da superficialidade. Em alguns casos, aquilo que não é importante para o olhar subjetivo do jornalista não chega nem a entrar na pauta do dia das redações. A não escolha de um determinado assunto que poderia ser importante para o cidadão e conseqüentemente para toda a sociedade pode ser transformado em mera rotina, embora possa consistir em dilema para o profissional que atua no jornalismo.

O embate entre o jornalista e a busca pela verdade é constante e para Amaral (1996, p. 45) traduz a realidade diária de um jornal. Para ele, “é de nossos dias a luta das minorias por espaço e poder nas instituições – inclusive no jornalismo-, em busca de equidade e justiça”. Esse pensamento reflete uma situação que traduz a face do jornalista que encara a redação como uma trincheira onde momentaneamente está seguro e pode ser o senhor de si e ao mesmo de tempo o dono da verdade.

A busca pela verdade, sugerida por Amaral, caminha pelo viés da responsabilidade do jornalista que já foi mencionada neste estudo, mas que deve ser novamente lembrada, quando se coloca em discussão a influência que a prática jornalística passa a exercer na sociedade, quer seja de maneira individual, quer seja de maneira coletiva. Preocupada com as conseqüências do avanço da comunicação do mundo e principalmente com um olhar voltado para os jornalistas, a Igreja Católica fez importantes reflexões sobre o assunto. A discussão tomou forma pela fala do seu principal líder, o papa João Paulo II, que em novembro de 1982 elaborou uma mensagem destinada aos meios de comunicação, onde traça o perfil do jornalista responsável:

A busca da verdade indeclinável exige um esforço constante. Exige situar-se no adequado nível de conhecimento e seleção crítica. Não é fácil, sabemos-lo bem. Cada pessoa carrega consigo as suas próprias idéias, as suas preferências e até mesmo os seus preconceitos. Mas o responsável pela comunicação não pode escudar-se naquilo que se costuma chamar de objetividade impossível. Se é difícil uma objetividade completa e total, não o é a luta por apresentar a verdade, a decisão de propor a verdade, a

práxis de não manipular a verdade, a atitude de ser incorruptível ante a verdade. Somente com a norma, uma reta consciência ética e sem claudicações por motivos de falso prestígio, de interesse pessoal, político, econômico ou de grupo. (PAULO II, João *apud* BLÁZQUEZ, 1999, p. 319).

O clamor do Papa aos jornalistas indica que a comunicação não é algo periférico ou acidental com respeito ao homem e à sociedade da qual ele faz parte. O homem autocompreende-se como um ser voltado para a comunicação, que, nesse sentido, deve ser entendida como comunhão em todo seu sentido e plenitude. Portanto, a comunicação é elemento estrutural ou dimensão fundamental da pessoa e da comunidade humanas, e, portanto, é um fator que não pode ser concebido isolado no indivíduo ou no corpo social. Ela situa-se com efeito, dentro de um tecido de inter-relações e de condicionamentos que a própria comunicação contribui significativamente para formar.

Do mesmo modo, o discurso papal evoca a comunicação, na representação do jornalista, como causa e efeito, ao mesmo tempo, do que a pessoa e a sociedade são e fazem. Diante dessa situação é necessária uma reformulação concreta da comunicação para que esta responda melhor à condição e exigências do homem, que implica de modo prévio, em uma intervenção no conjunto social. Essa posição significa dizer que, para melhorar a comunicação, torna-se fundamental que cada cidadão queira e ao mesmo trabalhe para construir uma sociedade melhor. No entanto, essas são mudanças que não podem ser pensadas isoladamente.

Todavia, não se deve permanecer em situação de espera, atado à acomodação individual ou até mesmo coletiva. A nova sociedade, que deve nascer das ações individuais e coletivas é, algo perfeitamente possível e cada vez menos utópica, porque está diretamente vinculada aos diversos níveis do relacionamento primário, que inclui, necessariamente, a família, passando em seguida pelo âmbito regional (comunidade local), até chegar na comunidade internacional.

A dimensão local requer um entendimento não somente macro das questões que atingem a sociedade, mas também, no contexto mais micro, porque permite uma concepção do compromisso pessoal de cada cidadão e que desemboca no aspecto grupal. Para concretizar mudanças que possam contribuir para a melhoria da vida coletiva, é importante que as transformações tenham início em cada pessoa. É através do indivíduo que as ações transformadoras precisam incidir de forma

concreta, efetiva e imediata.

De acordo com um estudo sobre comunicação social desenvolvido pelo Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM (1986, p. 241), “na sociedade da informação, as ações positivas não de se voltar tanto sobre os grandes centros geradores e interrelacionadores de informação, como sobre os modestos centros manejadores”. A observação do CELAM é referente ao aspecto transformador da comunicação sobre a comunidade, quando utilizada a serviço do bem comum, mesmo que partido de ações individuais isoladas.

O resultado das ações coletivas pode ser refletido na melhoria da qualidade de vida de cada cidadão. E essa qualidade de vida se manifesta também no relacionamento com a natureza em termos de colaboração e não apenas de domínio. Dessa forma, possibilitar qualidade de vida é, na prática diária, evitar que o homem se converta em simples instrumento de produção e sujeito consumidor. Para tratar adequadamente a relação comunicação, em especial, o jornalismo, com a sociedade, que, inclusive, já foi abordada nas páginas anteriores, torna-se necessário superar a redução do mero conceito de comunicação, enquanto meios, que são, na realidade, importantes instrumentos, conforme prega o papa João Paulo II:

Eu os convoco também a pensarem nestes temas, não mais como protagonistas da comunicação, mas como usuários, como receptores. Pensem em suas famílias e em seus filhos, receptores também de um grande número de mensagens, algumas das quais não edificam, não constroem, mas transmitem uma idéia degradada do ser humano e da sua dignidade, em nome talvez do permissivismo sexual, da ideologia da moda, de uma crítica anti-religiosa de velhos ranços ou de uma certa condescendência ante fenômenos como a violência. (PAULO II, João *apud* BLÁZQUEZ, 1999, p. 319).

Cada vez mais o esforço humano desencadeia para alcance de uma comunicação humana personalizada e ao mesmo tempo personalizante. Esse é o grande desafio, posto que formar uma sociedade nova, fundamentada em valores e virtudes morais, requer uma educação revolucionária e uma comunicação orientada pela justiça, pela liberdade e pela prestação de serviços.

2.2 A AGENDA 21 PEDE PASSAGEM

2.2.1 A Nova Ordem Ambiental

Antes de começar a navegar pelas águas que movimentam a ordem ambiental brasileira e conseqüentemente ancorar o barco no porto local, que é Campo Grande, passando também pelas influências da mídia, em especial dos jornais impressos, é necessário iniciar a viagem pelos caminhos que marcaram as primeiras discussões sobre o meio ambiente no mundo.

O processo embrionário da Agenda 21 é conseqüência das relações estabelecidas pela sociedade e partir das suas próprias necessidades. Se hoje o meio ambiente entrou no foco das discussões, isso só foi possível diante dos problemas gerados pelo crescente agravamento da degradação dos ecossistemas naturais e, pela necessidade de encontrar soluções, que sejam de curto, médio e longo prazo.

Esse quadro inspira cuidados e pode comprometer a sobrevivência das gerações futuras. Ele tem colocado as questões do meio ambiente no plano principal das preocupações dos estadistas, que estão a frente dos governos, quanto dos seus concidadãos e o sucesso das ações que estão sendo propostas pelo poder público e que conta com o aval da sociedade civil organizada, só depende dos próprios atores que compõem esse cenário.

Para Le Preste (2000), as mobilizações surgidas em torno das tentativas de proteção do meio ambiente, só alcançarão êxito, se continuarem sendo construídas dentro do princípio da reconciliação das prioridades diferentes dos Estados e da adoção, cada vez mais freqüente, de práticas resultantes de uma cooperação internacional. A adequação dessas ações, que devem ser coletivas, com os interesses individuais de cada país faz com que surjam novas práticas voltadas essencialmente para o enfrentamento das questões ambientais, principalmente no campo das idéias.

Os embates em torno da importância internacional de conservação dos ecossistemas naturais estão cada vez mais organizados e servem de fomento à solidificação da ecopolítica internacional. Segundo Le Preste, o termo foi utilizado pela primeira vez por Dennis Pirages (1978) para designar relações políticas no âmbito da proteção do meio ambiente e dos seus recursos. Ele não está restrito ao

conjunto das dimensões políticas da identificação e da resolução das questões ambientais, mas também faz referência às tentativas dos atores internacionais de impor sua definição da segurança em face da natureza e da qualidade de vida das populações.

Segundo Le Prestre (2000, p.97), a evolução do sistema internacional foi acelerada pelo fim da Guerra Fria e se caracteriza, especialmente nos anos 80 e 90, pela impossibilidade de separar a política interna da política externa, sendo esta última uma característica da problemática ambientalista. “As decisões de política externa têm conseqüências internas; as ações aparentemente internas provocam repercussões externas”.

É dentro desse cenário que se engendra uma dinâmica internacional nova e que envolve numerosos atores diferentes, cuja identidade é determinada muito mais pela natureza dos problemas do que pela distribuição de poder e que dá origem aos atores da política internacional, que devem compor e formar coalizões uns com os outros. Nesse contexto, não são os Estados os únicos atores importantes. É necessário abrir espaços para as organizações internacionais governamentais (OIGs), empresas transnacionais (ETNs), indivíduos e organizações não-governamentais (ONGs).

2.2.2 O Poder das Organizações

Os caminhos para a construção de relações internacionais que resultam em avanços significativos para o meio ambiente em todo o mundo são construídos gradativamente, embora representem passos largos na tomada de posições que influenciam diretamente o modo de agir da sociedade. De acordo com Leff (2001), as diferentes concepções em torno das alternativas, que devem ser encontradas para o trato com as questões ambientais, possibilitam o nascimento da democracia ambiental, com foco direcionado para o desenvolvimento sustentável. No entanto, essa diversidade de concepções não pode convergir para as divergências.

A gestão ambiental do desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a

descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. (LEFF, 2001, p.57).

A somatória de todas as forças existentes na sociedade pode ser instrumento eficaz na construção de propostas coletivas. Nesse sentido, é fundamental o papel dos Estados que continuam sendo os atores dominantes da ecopolítica internacional, conforme observa Le Preste (2000), mas não se pode negligenciar a função dos demais segmentos.

Os Estados estão submetidos a novas coações, perderam certas atribuições de sua autoridade e devem levar em conta os comportamentos de outros atores. Se são sempre os atores mais importantes, não são mais os únicos atores significativos. (Le Preste, 2000, p.97)

As organizações internacionais governamentais ou intergovernamentais (OIGs) são associações formais entre Estados que buscam a realização de objetivos comuns e representam uma fatia crescente em diversas partes do mundo. Em 1874 eram apenas sete, passando para 37 em 1909. Atualmente são mais de 400 OIGs espalhadas em vários países. As mais importantes para a ecopolítica são aquelas que estão diretamente vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Instituições financeiras de projeção internacional também estão estruturadas em organizações governamentais, como Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

As OIGs podem ser universais, como as ligadas à ONU ou regionais, como a União Européia (UE). Todo Estado pode ser membro de uma organização universal, enquanto a escolha para organizações regionais está limitada geograficamente ou por outros critérios. Em todo o mundo existem cerca de 30 organizações universais, sendo que todas elas são integradas ao sistema da ONU e mais de 370 organizações regionais e podem ser distintas entre OIGs que atuam em domínio de ação limitado como saúde e aquelas que operam em diversos domínios, como a educação, a paz e os direitos do ser humano, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

Cada OIG possui uma utilidade diferente para os Estados e seu raio de ação varia de acordo com o poder de força de cada. No caso dos mais fracos, as

organizações internacionais multiplicam a capacidade diplomática, o que permite o estabelecimento de coalizões, podendo divulgar seus pontos de vista. Também cabem às OIGs a missão de acompanhar o respeito das disposições dos acordos internacionais pelos governos, como é o caso da Comissão para Desenvolvimento Durável (CDD) que deve avaliar a implementação da Agenda 21 em todo o mundo, por meio de relatórios nacionais anuais.

Sem a atuação eficaz da OIGs, o meio ambiente estaria ainda em pior situação de degradação. O motor primeiro dessa ação foi alavancado pela Conferência de Estocolmo (1972) que conclamou os Estados, através do princípio 25 da Declaração de Estocolmo a “zelar para que as organizações internacionais desempenhem um papel coordenado, eficaz e dinâmico na preservação e melhora do meio ambiente”. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi criado para que as atividades das organizações internacionais operem dentro de estratégias comuns e ordenadas.

A implantação do PNUMA também é fruto dos acordos estabelecidos em Estocolmo, sendo formalizado pela Assembleia Geral da ONU realizada em 15 de dezembro de 1972. Segundo Ribeiro (2001), o programa nasceu esvaziado e ganhou força com o passar dos anos. Seus membros da ONU e sua sede está localizada em Nairóbi, sendo a primeira organização da ONU baseada num país em desenvolvimento.

O PNUMA ainda possui escritórios regionais em Nova York, Washington, Genebra, Cairo, Bangcoc e um centro especializado sobre a indústria em Paris. Seu orçamento total gira em torno de 100 milhões de dólares. Um quinto desse dinheiro é fornecido pelos Estados Unidos. Seu principal papel é o de estimular e coordenar outras organizações internacionais mais poderosas do que ele, além de informar e ajudar os Estados a melhor suas perspectivas de desenvolvimento durável.

As atividades do PNUMA estão agrupadas em três categorias. A primeira é a *avaliação do meio ambiente*, que abrange um certo número de atividades que constituem o Plano de Vigilância, cuja função é medir o nível de poluição dos países em desenvolvimento. A segunda é a *gestão do meio ambiente*, que abrange os ecossistemas terrestres, a tecnologia e o meio ambiente, as atividades industriais, os oceanos e zonas litorâneas e os problemas da desertificação. Já, as *medidas de apoio*, cobrem a informação, a educação e a formação, a planificação do

desenvolvimento, a administração do meio ambiente e o desenvolvimento do direito internacional.

Se, de um lado as OIGs têm consolidado seu papel no cenário mundial em torno das questões que envolvem o meio ambiente internacional, do outro, é cada mais perceptível o espaço que vem sendo conquistado pela organizações não governamentais (ONGs). Para Le Prestre (2000, p.135), o fenômeno notável de surgimento das ONGs acontece depois dos anos 60, quando elas se tornaram atores importantes nas relações internacionais, principalmente quando o assunto é o meio ambiente.

Por ONGs se entendem organizações cujos membros não os Estados. A Agenda 21 designa nove grupos, que desempenham papel destacado no desenvolvimento durável: ONGs ambientalistas e de desenvolvimento, universitárias, a comunidade científica, as organizações femininas, os camponeses, a juventude, os sindicatos, os povos autóctones e a indústria. (Le Prestre, 2000, p. 135).

O número de ONGs internacionais cresce de modo acelerado em todo o mundo. Em 1905 existiam 134, passando em 1970, para 2.470 e em 1983 para 4.700. De 1995 até agora, esse número já ultrapassa 10 mil. No plano ambientalista o papel das organizações não-governamentais está cada vez mais consolidado e ampliado. Algumas organizações, que concentravam suas atividades em território nacional, expandiram suas ações, como o Centro Internacional de Ligação para o Meio ambiente (Cilma), localizado em Nairóbi, que administra uma rede de 850 ONGs de 107 países que tem como missão a troca de informação sobre questões ambientais e de desenvolvimento com o PNUMA e entre os seus membros. O Cilma mantém um banco de dados sobre mais de Oito mil ONGs com as quais se comunica.

Algumas ONGs existentes no cenário internacional são poderosas e administram recursos superiores a muitos Estados e contam com o apoio de verdadeiros exércitos de advogados e de lobistas. Entre as que mais se destacam e que têm milhões de membros estão: o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), National Wildlife Federation (NWF) e Greenpeace International (GI). O orçamento dessas organizações variam entre 100 e 200 milhões de dólares. Elas contam com estrutura e suporte científico inexistente em muitos países.

Segundo Le Prestre (2000), em 1992 as ONGs ligadas às questões ambientais forneceram ou canalizaram 8,3 bilhões de dólares de ajuda ao desenvolvimento. Nos anos 80, somente a WWF contribuiu com 62,5 milhões de dólares para mais de dois mil projetos em todo o mundo. A campanha do Greenpeace para interditar a descarga de resíduos industriais nos oceanos, desencadeada em 1990, custou 30 milhões de dólares. As ONGs mais poderosas em termos financeiros e também com maior capacidade de ação no plano internacional foram formadas na América do Norte e na Europa Ocidental e as diretrizes por elas defendidas refletem as preocupações ambientalistas de suas sociedades.

No entendimento de Warren-Scherer (1998), embora as ONGs estejam cada vez mais presentes na América Latina, e, conseqüentemente, no Brasil, é necessário destacar o caráter diferenciado de suas ações e de sua própria conceituação. Dessa forma, as ONGs brasileiras têm se caracterizado como entidades de assessoria, apoio, promoção, educação e defesa dos direitos humanos e ambientalistas. E é no cenário de defesa da cidadania e de construção de uma sociedade civil mais participativa e justa, que o enfoque recai sobre áreas temáticas, como a pobreza ou desigualdade, da discriminação de gênero e de raça e da destruição ambiental.

2.2.3 Acordos Internacionais

A somatória das forças estabelecidas pelo surgimento das organizações, sejam elas governamentais ou não, é um termômetro de que o futuro do meio ambiente ainda não está totalmente comprometido. O que já foi feito, o que está sendo feito e o que ainda está por vir, serve como motivação para que a sociedade continue no caminho do diálogo e da busca de soluções cada vez mais coletivas e menos individuais.

Somente no século XX é que nasceram os primeiros acordos entre países. Eles surgiram da necessidade de conter a ação de colonos que chegavam às terras e destruíam sua base natural. Embora, no primeiro momento não tenham obtido êxito, os acordos internacionais constituem hoje na principal alternativa de articulação do poder público, através dos Estados e que contam com o aval das organizações internacionais.

Os primeiros acordos internacionais, voltados para a regulação das ações humanas sobre o meio ambiente, começaram a ser costurados em 1900 com a finalidade de combater a caça esportiva que era amplamente praticada pelos proprietários de terras na Inglaterra e que passou a ser difundida nas colônias africanas, com a instituição dos safáris, que acabaram se tornando em verdadeiras práticas de matança de animais. Com a finalidade de discutir a caça indiscriminada nas colônias africanas, a Coroa inglesa convocou uma reunião em Londres, em 1900, que contou com a participação dos países que possuíam terras nos continente africano, como Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Itália e Portugal.

Da reunião realizada em Londres nasceu a Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África. O segundo documento de dimensão internacional foi a Convenção europeia para a proteção dos pássaros úteis para a agricultura. O encontro foi realizado em Paris e reuniu doze países europeus. Em 1906 e em 1909, respectivamente, foi estabelecida uma Convenção sobre a distribuição das águas do rio Grande (entre Estados Unidos e México) e um Congresso sobre as águas fronteiriças (entre Estados Unidos e Grã-Bretanha). Até 1967, com a aplicação pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) da Vigilância Meteorológica Mundial, foram estabelecidos mais 29 acordos internacionais. Essa cronologia, que, segundo Ribeiro (2001), começa em 1900 e que de acordo com Le Prestre (2000) tem início em 1902 se estende até 1967, marca a fase dos primeiros ensaios.

Após cada acordo, as organizações internacionais foram ganhando força e conquistando melhores espaços para a discussão em torno das questões ambientais. Com a participação efetiva da Organização das Nações Unidas (ONU) no cenário internacional através das mais diversas instituições à ela ligadas, o debate passou a ser mais qualitativo. Nesse contexto, os anos 60 serviram de palco para uma conscientização progressiva das ameaças pendentes, particularmente no que se refere à comunidade científica, mas também por parte da opinião pública, que passou a ficar impressionada pelos livros que dramatizavam as mudanças visíveis e os perigos iminentes, bem como pelas catástrofes espetaculares, conforme relata Le Prestre.

(...) Rachel Carson publicou *Silent Spring* (Primavera silenciosa) em 1962; Jean Dorst publicou *Avant que nature meure* (Antes que morra a natureza) em 1965. Em 1967, o navio petroleiro *Torrey-Canyon*

nafragou ao largo das costas Cornualha, provocando a primeira maré negra espetacular nas costas inglesa e bretã, com perdas biológicas agravadas pelo uso dos detergentes empregados no combate à poluição e pelo custo elevado da luta contra tais catástrofes. Esse acontecimento teve repercussão internacional considerável nos governos e na opinião pública. (Le Prestre, 2000, p. 165).

O ano de 1968 marca o início de uma fase considerada fundamental para as questões ambientais em todo o mundo, quando em setembro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco) organiza, em Paris, a Conferência sobre a Biosfera. Esse encontro provocou a concentração de especialistas e simbolizou a tomada de consciência em torno da perda de qualidade do meio ambiente nos países industrializados, estreitando o laço de progresso da humanidade e a integridade de seu meio natural.

Antes mesmo da Conferência sobre a Biosfera, o processo de mobilização das organizações internacionais vinha ganhando peso ainda maior com a conquista de mais espaço no cenário mundial. Um exemplo desse progresso aconteceu em 20 de maio de 1968, quando a Assembléia Geral da ONU resolveu organizar uma conferência mundial sobre o meio ambiente humano e que deveria acontecer em Estocolmo, em 1972.

Para Ribeiro (2001), a decisão da Assembléia Geral da ONU em realizar a Conferência de Estocolmo decorreu da necessidade de discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais. Na oportunidade o encontro reuniu 113 países, 19 organizações internacionais governamentais (OIGs) e mais de 400 organizações internacionais não-governamentais (ONGs).

Apesar dos números favoráveis, não houve apoio significativo da classe política internacional, uma vez que somente Olof Palm, da Suécia e Indira Gandhi, da Índia, estiveram presentes nas discussões. Mesmo com os avanços obtidos em Estocolmo, como a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, contendo 23 princípios, a temática ambiental somente passou a fazer parte da agenda de políticos, vinte anos mais tarde. Essa nova fase teve início em 1992, no Rio de Janeiro, com a realização da Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD).

Além da Declaração da ONU, Estocolmo solidificou algumas ações que estavam sendo engendradas desde o início das primeiras mobilizações das

organizações internacionais. Primeiramente a Conferência serviu para os Estados reconhecerem definitivamente a existências dos problemas ambientais e a necessidade de uma tomada de atitudes. A questão conceitual em torno do meio ambiente também passou a ser desenhada como algo procedente da industrialização e da pobreza.

Os Estados também passaram a entender o desenvolvimento econômico como uma pré-condição para a melhoria da qualidade de vida e um remédio para a degradação do meio ambiente. Isso significa que a proteção do meio ambiente deve reforçar e não colocar em causa os objetivos do desenvolvimento, conforme relata Le Prestre (2000) cuja observação é compatível com o pensamento de Dias (2004) ao transcrever o princípio 13 da Declaração da ONU e que segundo ele, sinaliza para a escolha de rumos mais sensatos para o planeta Terra.

A fim de lograr um ordenamento mais racional dos recursos e, assim melhorar as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado da planificação de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade do desenvolvimento, com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano, em benefício de sua população. (DIAS, 2004, p. 371).

O que está explícito, não só nos princípios da Declaração da ONU, mas em todo o legado da Conferência de Estocolmo e que, também, pode ser constituído na síntese de todo o movimento ambientalista internacional é a implementação de políticas legislativas que passaram a dar sustentação ao projeto de desenvolvimento sustentável da terra.

Oliveira (2004), destaca que no Brasil esses avanços estão refletidos na Carta Magna de 1988, onde o meio ambiente é elevado à categoria de direito fundamental da pessoa humana, dentro do princípio da ordem econômica e da ordem social.

Além de consolidar o poder das OIGs, a Conferência de Estocolmo fortaleceu o papel das ONGs que passaram a exercer uma ação mais contundente e a mobilizar a opinião pública internacional para os temas ambientais. Depois de Estocolmo, considerada até então, o maior evento ambiental de caráter internacional, foram realizadas mais de 40 conferências e convenções, que trataram dos mais variados assuntos ambientais do mundo. Entre esses eventos, o que mais chamou a atenção, conforme explica Ribeiro (2001) foi a Conferência das Nações

Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), considerada a segunda grande reunião das Nações Unidas sobre o ambiente.

2.2.4 A Conferência do Rio

A decisão em realizar uma segunda grande reunião para tratar de questões ambientais foi tomada em 1988, durante a Assembléia Geral da ONU, que focava as preocupações para o desenvolvimento aliado à conservação ambiental. O Brasil se colocou como pretendente para sediar a conferência e foi escolhido em 1989.

Dentre as razões que determinaram a escolha do país estão as devastação da Amazônia e o assassinato do líder sindical e ambientalista Chico Mendes, em 1988. Esses dois fatos, aliados às manifestações dos grupos ambientalistas que denunciaram os dois episódios, sensibilizaram os delegados presentes à Assembléia geral da ONU de 1989. (RIBEIRO, 2001, p. 107).

A realização da CNUMAD, que aconteceu no Rio de Janeiro, representou um momento de grande importância nas relações internacionais sobre o meio ambiente. O Secretário Geral da Conferência foi Maurice Strong, que deu um caráter alarmista ao seu discurso, ao afirmar que aquela seria, talvez, a última oportunidade para “salvar a terra”, conclamando os chefes de Estado e os seus representantes para uma nova tomada de consciência diante dos problemas ambientais, conforme relata Ribeiro (2001, p. 108).

Mais do que um avanço nas relações internacionais, a Rio-92, como também é conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, significa um marco histórico nas discussões sobre a necessidade de implementação de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável em escala planetária, como observa Camargo (2002).

De uma só vez são mobilizados 179 chefes de Estado e de Governo, além de reunir representantes de inúmeras ONGs, que ratificaram as convenções de Mudanças Climáticas e Diversidade Biológica, a CNUMAD deu início às primeiras discussões para a elaboração da Agenda 21 e firmou o Protocolo de Florestas, a Declaração do Rio de Janeiro e elaborou a Carta da Terra. Estes compromissos influenciaram profundamente a opinião pública mundial estimulando, principalmente,

o debate ambiental na sociedade brasileira e despertando a atenção da mídia e da sociedade civil em geral.

Para Camargo (2002), a Conferência do Rio é a principal responsável pela evolução da consciência ambiental da população brasileira e contribuiu, significativamente, para a melhoria do nível de informação e preocupação da sociedade brasileira em relação às questões relativas à sustentabilidade. Como parâmetro dessa evolução, foram realizadas três pesquisas de opinião pública, tendo como enfoque os seguintes temas: O que os brasileiros pensam dos índios; O que os brasileiros pensam do novo Código Florestal e O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Um dado forte que pode apontar uma saída para o descolamento entre “consciência” – em formação – e ações, prática social consistente, generalizada, está contido nas próprias pesquisas: paulatinamente, mas de maneira significativa, cada vez mais os brasileiros identificaram no poder local o locus onde os problemas ambientais podem ser solucionados. (CRESPO, 2003 p. 72).

Nesse sentido, as pesquisas voltadas para a avaliação do grau de consciência da população, revelam a influência das ações conjuntas e que são voltadas para a melhoria da qualidade de vida no mundo, como as soluções apontadas na Rio-92. Depois da CNUMAD, conforme lembra Camargo (2002), o meio ambiente, suas más e boas práticas entram na pauta das redes de televisão, dos jornais e dos periódicos semanais, que produziram um número significativo de matérias especializadas que contribuíram significativamente para a informação e formação da opinião pública.

O despertar dos meios de comunicação para as questões ambientais, depois do advento da Rio-92, merece destaque ao mesmo tempo em que algumas reflexões sobre o seu papel diante dos temas discutidos e das soluções precisam ser colocadas em prática pelas organizações, quer sejam governamentais ou não. Como observa Novaes (2002, p. 66), “muitas coisas ainda precisam ser feitas para que não tenhamos que depender de catástrofes que nos abram os olhos nos façam agir”. Segundo ele, uma dessas coisas será o avanço da ciência, da informação científica e que, também, passa necessariamente pela responsabilidade dos meios de comunicação.

2.2.5 A Agenda 21 e os Compromissos com o Futuro

O principal legado da CNUMAD, conforme explica Born (2002) é a implementação, em âmbito mundial, da Agenda 21, que consiste na adoção de medidas de curto, médio e longo prazo que possam conter e reverter, dentro do possível, o quadro de devastação do meio ambiente, com ações que devem servir de instrumento e desafio para sustentabilidade do planeta terra.

As estratégias que envolvem a implementação da Agenda 21, passam primeiramente, pelos níveis de sua aplicabilidade, que envolve o mundo como um todo, cada país de maneira individual, os estados e conseqüentemente os municípios, a quem cabem as tarefas que estão mais diretamente relacionadas com o dia-a-dia da população e os problemas que ela enfrenta.

Ao longo de sua negociação e do amplo leque de temas e medidas, a Agenda 21 global incorporou algumas das características que permitiram, de pois de 1992, que fosse interpretada como um produto de processo participativo de planejamento das ações e políticas para a transformação do padrão de desenvolvimento e governança dos interesses e conflitos humanos, lastreado no diálogo e pactuação entre atores sociais, inclusive governos e parlamentares, com base no ideário da sustentabilidade (BORN, 2002, p. 79).

Na prática, a Agenda 21 significa uma nova tomada de posição diante de questões ambientais complexas, mas que precisam de soluções coletivas simples e eficazes, mesmo que essas ações tenham que levar em conta a amplitude de cada tema e o grau de consciência de cada indivíduo que compõe a sociedade.

Na concepção de Le Prestre (2000, p. 220) “a Agenda 21 é o coração da CNUMAD” e por essa razão tornou o tema principal do encontro realizado no Rio de Janeiro, resultando dessa forma, em um extenso documento que ultrapassa 700 páginas, sendo dez vezes mais volumoso que o plano aprovado pela Conferência de Estocolmo.

Ao estabelecerem essas orientações, através da Agenda 21, os países envolvidos na Rio-92 tinham como objetivo principal a adoção de uma parceria mundial entre diferentes atores, empenhados na luta pelo desenvolvimento sustentável. Essa parceria teria que acontecer, sobretudo, entre os países ricos e

pobres e que deveria ser norteadada pela resolução dos problemas através da união de esforços, dos meios a serem utilizados e pela responsabilidade de cada um.

Nesse sentido, conforme relata Le Prestre (2000), a Agenda 21 afirmou as prioridades políticas dos Estados e forneceu uma base para as ações das ONGs e, por isso, não deve ser entendida como um documento impositivo, mas sim, como um plano que identifica as questões que necessitam de atenção política e que só podem ser resolvidas através de um plano detalhado de medidas a serem empreendidas.

O extenso documento, que forma a Agenda 21, está dividido em 40 capítulos que estão agrupados em temas como a promoção do crescimento econômico dos países em desenvolvimento; eliminação da pobreza; melhoria da qualidade de vida; conservação dos recursos naturais renováveis; proteção da biosfera; controle das substâncias químicas tóxicas e dos resíduos perigosos e promoção da participação política.

Ao avaliar o papel da Agenda 21, na sociedade, Novaes (2003), contesta a idéia de ela seja apenas um documento ou um receituário mágico, com fórmulas para resolver todos os problemas ambientais e sociais. Segundo o autor, ela é um processo de participação em que a sociedade, os governos e os setores sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, dentro da perspectiva de construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva.

Em síntese, a Agenda 21 contempla uma variada lista das principais reivindicações da Organização das Nações Unidas (ONU), das organizações internacionais (OIGs) e das organizações não-governamentais (ONGs) em relação às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável. Ela representa, ao mesmo tempo, segundo Lê Prestre (2000, p.222), o conjunto das reflexões e a soma dos interesses da comunidade internacional no âmbito do desenvolvimento durável.

De acordo com Ribeiro (2001), a Agenda 21 pode ser entendida como um plano global de ação para os problemas ambientais de aplicação imediata e que exigiu das organizações internacionais lideradas pela ONU um direcionamento de recursos dentro do binômio desenvolvimento e conservação ambiental, que ficou orçado em cerca de US\$ 600 bilhões.

Pautada de maneira indireta, a pobreza apareceu na Agenda 21. O documento dispõe do repasse de recursos para viabilizar os projetos ambientais e de combate à pobreza, pois assume que ela leva à

ocupação de novas áreas naturais e à degradação do ambiente. Também conceitua as comunidades locais, nome dado pela ONU aos povos que vivem sem a organização de Estados, reconhecendo sua importância e a necessidade de mantê-los vivos. (RIBEIRO, 2001, p. 127).

A complexidade da Agenda 21 e a sua própria extensão fazem com que ela seja um instrumento flexível, constituindo-se num conjunto de informações e dados extremamente úteis para o século XXI. Todo o documento funciona como um guia para a tomada de decisões, por meio do qual os atores, envolvidos nas questões ambientais, podem orientar-se para a execução das ações ligadas ao desenvolvimento sustentável e que estejam diretamente voltadas ao âmbito de cada país, estado e município.

2.3 CAMPO GRANDE, NOSSO LUGAR

2.3.1 Conhecendo a Cidade

A cidade de Campo Grande está situada na região central do Estado, nas imediações do divisor de águas das Bacias do Paraná e do Paraguai e tem como municípios limítrofes, Jaraguari, Rochedo, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Terenos. Os primeiros habitantes se estabeleceram na confluência dos córregos Prosa e Segredo, em 1872, dando origem ao Arraial de Santo Antonio de Campo Grande, que, em 1889, passou a ser denominado Vila de Campo Grande, sendo nessa época, enquadrada na condição de município.

O primeiro traçado da cidade foi delineado em 1905, quando da elaboração do primeiro Código de Posturas, que, entre outras medidas, definiu o contrato de domínio de terrenos municipais e a edificação de prédios. Essa legislação procurava contemplar as medidas de crescimento ordenado da cidade, tendo como linha diretriz, os córregos Prosa e Maracaju. O projeto urbanístico de Campo Grande começa a ser desenhado em 1913, com a construção do primeiro sobrado em alvenaria, que serviu de residência para a família de Bernardo Franco Baís.

Com a construção do Colégio Oswaldo Cruz, em 1918 e da sede do Banco do Brasil (onde atualmente funciona a Casa do Artesão), a cidade vive um período arquitetônico neoclássico, ditado pela influência econômica da pecuária. A característica neoclássica da cidade, conforme relata a publicação da Prefeitura de

Campo Grande – Perfil Socioeconômico de Campo Grande, de 2004, passou a receber influências com a chegada da ferrovia, ainda em 1914, quando foi construída a Estação Ferroviária.

Atualmente a cidade segue uma tendência de crescimento nas regiões periféricas, mas mantém a configuração estabelecida na região central. Com o aumento populacional de Campo Grande, que segundo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 2003, o número de habitantes foi multiplicado por quase cinco vezes, comparado aos censos de 1970 e 2000, atingindo um total de 705.975 pessoas.

O número de habitantes de Campo Grande em relação aos demais municípios do Mato Grosso do Sul, é elevado e representa 31,94%, o que significa que para cada 100 habitantes do estado, mais de 30 residem na Capital. No cenário nacional, a cidade é a vigésima terceira em volume populacional. Os dados do IBGE também revelam que as mulheres são maioria, confirmando os perfis levantados em censos anteriores da predominância da população feminina.

No setor educacional, a cidade conta com uma infra-estrutura que reúne, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação, de 2003, 288 estabelecimentos de ensino regular, sendo 01 federal, 80 estaduais, 77 municipal e 140 particular. Em relação ao Ensino Superior, Campo Grande dispõe de 08 instituições: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande (FESCG), Faculdades de Campo Grande (UNAES), Instituto de Ensino Superior (IESFF-FUNLEC), Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL), Instituto Mato Grosso do Sul de Educação e Cultura e Instituto Campo Grande de Ensino Superior (ICCGES).

Campo Grande também conta hoje com um significativo número de empresas voltadas para o setor da comunicação, consolidando, assim, uma bem estruturada rede. Segundo dados da Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura e da Agência Popular de Notícias do Governo do Estado, são 15 emissoras de rádio, 05 de TV, 05 jornais diários (Correio do Estado, Diário do Pantanal, Folha do Povo, O estado de Mato Grosso do Sul e Primeira Hora). Os jornais que circulam uma vez por semana, também conhecidos como semanários, somam 11. Atualmente circulam na Capital 04 revistas.

2.3.2 Estratégias para o Futuro

A Agenda 21 de Campo Grande começou a ser discutida em 2001, com quase uma década de atraso, depois de ser deflagrado todo o processo pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992. As discussões tiveram início com a realização da primeira reunião pública convocada pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB) e que reuniu representantes da sociedade civil organizada, com a finalidade de formar parcerias. Dessa iniciativa surgiu o Fórum de entidades que tinha como incumbência a construção da Agenda 21 Local.

Com a adesão de novas entidades representativas, além do Fórum, os participantes da segunda reunião pública do Projeto Agenda 21 – Campo Grande Nosso Lugar, decidiram pela formação da Comissão Coordenadora para a Construção da Agenda 21 Local. Ela foi composta por representantes da Prefeitura Municipal de Campo Grande, da Câmara Municipal, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU). A criação dessa Comissão foi respaldada pelo Decreto Municipal 1.400, de 19 de setembro de 2001, assinado pelo prefeito André Puccinelli.

A aprovação do projeto Agenda 21 – Campo Grande Nosso Lugar pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) ocorreu em 2002 com a celebração de um convênio por meio do qual o PLANURB fica nominalmente responsável pela sua execução. Após o respaldo do Governo Federal, a Prefeitura Municipal de Campo Grande desencadeia uma ampla divulgação do processo de elaboração da Agenda 21 Local, através de *folders* e cartazes e de realizações de palestras nas universidades, nos Conselhos regionais, no Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU), no Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), estendendo-se até o município de Dourados.

Até o lançamento do texto final da Agenda 21 de Campo Grande, em junho de 2004, foram realizadas ao todo seis reuniões. Uma delas chegou a ser transformada em seminário, com a presença dos representantes das cidades do Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES) e Florianópolis (SC), que já haviam implantado as suas propostas de Agenda 21 e serviram de modelo para o projeto de Campo Grande. Mas foi a partir da quarta reunião pública que foram escolhidas as sete linhas temáticas prioritárias a serem desenvolvidas: Educação e ampla divulgação da Agenda 21,

Gestão compartilhada, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saúde Pública, Inclusão Social, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Urbano.

Para escolher os sete documentos analíticos acima citados, a comissão coordenadora da Agenda 21 Local realizou concursos públicos. Os textos de cada tema foram reunidos em um documento que foi denominado como versão preliminar da Agenda 21, sendo distribuído a todos os participantes e debatidos durante a quinta reunião.

Essa fase contou com participação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), que, por meio da Fundação Manoel de Barros, foi a responsável pela organização dos grupos de estudos das linhas temáticas. Em seguida, durante a sexta reunião, as propostas foram colocadas novamente em discussão e aprovadas, servindo de base para a construção do texto final que deverá nortear as ações do poder público municipal e que contará com a fiscalização das ONGs.

A abertura da construção da Agenda 21 Local para a participação da sociedade, como fez a Prefeitura de Campo Grande com a Implantação do Fórum, reuniu representantes da esfera pública e dos mais variados setores da sociedade civil organizada. Esse ato representa um momento de eficácia dos instrumentos da democracia participativa como afirma Rabelo (2004) a lembrar a importância dos movimentos sociais na discussão de estratégias voltadas para a construção da sustentabilidade.

Em seu capítulo 40, a Agenda 21 Global ressalta que no desenvolvimento sustentável, cada cidadão é usuário e provedor de informação considerada em sentido amplo, o que inclui dados, experiências e conhecimentos adequadamente apresentados. Só nessas condições podemos pensar na criação de foros verdadeiramente participativos de debates e tomadas de decisões, onde prevalece a razão. (RABELO, 2004, p. 37).

Nesse sentido, a autora destaca o papel dos atores envolvidos na elaboração das agendas de cada município e que, em Campo Grande, mereceu uma atenção especial do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (Planurb) ao instituir o Fórum da Agenda 21 Local, como instrumento legítimo de participação democrática, conforme ressalta o documento de Campo Grande ao abordar o assunto (Agenda 21, Campo Grande Nosso Lugar). Como o próprio

documento sugere, caberá à comunidade a adoção de práticas voltadas para a melhoria de qualidade de vida de cada bairro, da cidade e conseqüentemente do planeta.

A participação efetiva da sociedade de forma coletiva e pactuada é, sem dúvida alguma, o diferencial que poderá superar os desafios a serem enfrentados e, fundamentalmente, assegurar que esse resultado seja utilizado como um instrumento norteador para o desenvolvimento local. (Agenda 21, Campo Grande Nosso Lugar – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável, 2004, p.04).

Ao convocar a comunidade para a responsabilidade de implementar a Agenda 21 Local, o próprio documento estabelece os rumos a serem seguidos pela sociedade e não só pelo poder público. Isso significa, que o êxito das propostas contidas no documento, lançado pela Prefeitura, depende do acompanhamento permanente das entidades envolvidas no processo e da participação efetiva da sociedade.

2.3.3 Sete Temas e Muitos Desafios

Para uma cidade do porte de Campo Grande, a escolha dos assuntos a serem focados e aprofundados, durante o processo de elaboração da Agenda 21 Local, não constituiu uma tarefa extremamente simples. Diante das diversas demandas apontadas pelas entidades representativas que participaram efetivamente das discussões ao longo de dois anos, era preciso resumir em alguns pontos todos os aspectos importantes do município.

Rabelo (2004) analisa o processo de construção das agendas de cada município a partir de um contexto próprio e que necessariamente exige a produção de informações, dados e indicadores. A pesquisadora lembra que esse passo é importante e também está inserido nas orientações estabelecidas na Agenda Global, mas que, no Brasil, ainda depende do rompimento de algumas barreiras, entre elas, a inexistência de uma tradição que faça uso de auditorias internas e que seja capaz de produzir estudos consistentes para auxiliar na definição de políticas e formas de ação.

Dessa forma, ao selecionar sete temáticas, a coordenação responsável pela

Agenda 21 de Campo Grande, faz um recorte dos assuntos considerados vitais para o desenvolvimento da cidade. O primeiro deles, *Educação e Ampla divulgação sobre a Agenda 21*, é exatamente um paralelo entre a importância da educação e os instrumentos a serem utilizados para tornar as reflexões contidas no documento final mais acessíveis à população.

O tema tem como base a adoção de estratégias para a difusão de uma nova consciência ambiental e que devem ser colocadas em prática a partir de ações que possibilitem a formação de cidadãos críticos e que deverão passar pelas concepções de educação e de ambiente. Desse modo, torna-se fundamental a instituição de um amplo projeto de capacitação de professores, que poderá ser feita por meio de seminários e também, pela utilização de equipamentos de novas tecnologias, como a rede mundial de computadores e dos meios de comunicação de massas.

O segundo tema da Agenda 21 Local é a construção da *Gestão compartilhada*. A proposta, além de inovadora, pressupõe o estabelecimento de práticas pouco comuns na sociedade brasileira, mas que já vêm sendo implementadas nas relações políticas.

De acordo com o documento da Agenda 21 Local (2004, p. 44), “compreender o que é Gestão Compartilhada é, hoje, a necessidade mais urgente para os políticos desta geração e das próximas”. Mais do que uma definição conceitual, o assunto merece uma reflexão mais aprofundada a respeito da sua importância e dos benefícios que ela pode trazer para a própria sociedade.

A verdadeira gestão compartilhada começa com o levantamento dos ativos dos bairros, (...) que se realizaria pela verificação do que há de potencial no bairro: escolas, igrejas, córregos, matas, cinturão verde, parques, terminais de ônibus, associação de moradores, grupos de jovens ou idosos, artistas, profissionais liberais, empresas, asfalto, biblioteca, times de futebol, entre outros. (Agenda 21, Campo Grande Nosso Lugar – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável, 2004, p.49).

Dentro dessa perspectiva, o que defende o documento, segundo os parâmetros da gestão compartilhada, é concentrar as iniciativas a partir do que já existe e pode ser melhorado e não somente pela valorização das necessidades. Isso significa voltar o olhar para as soluções que se encontram nas próprias comunidades, que também assume responsabilidades na gerência de suas ações,

sem ficar dependendo exclusivamente do poder público.

A abordagem a respeito do *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável*, que é o terceiro tema, procura direcionar o assunto para a necessidade da sociedade discutir os rumos do desenvolvimento traçados para Campo Grande. Nesse sentido, o estudo mostrado na Agenda 21 Local faz uma retrospectiva do modelo implantado no município desde a sua fundação e que já trazia a idéia da sustentabilidade.

A preocupação com o meio ambiente foi mencionada logo nos primeiros projetos econômicos, como a implantação da “estrada de ferro” e a implementação de projetos de arborização de terrenos particulares e de áreas públicas. O traçado das ruas centrais de Campo Grande, com vias regulares e bastante amplas, reflete o desejo de conciliar o progresso com a preservação do meio ambiente.

Apesar das ações e intenções do passado, as práticas atuais já não guardam as mesmas proporções. Há um crescimento desordenado em áreas úmidas e de fundos de vales de córregos urbanos, como o Maracaju, Anhandui, Prosa, Cascudo, Bandeira e Pindaré e que provocaram perdas parciais e até total, causando até mesmo os aterramentos de nascentes.

O estudo contido na Agenda 21 local aponta, ainda, a deficiência do sistema de coleta e tratamento de esgotos urbanos; o uso inadequado do sistema de disposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos; a perda da arborização de passeios públicos; crescente impermeabilização do solo urbano, além da degradação e desperdícios de recursos ambientais reais e potenciais da área rural do município.

Para Born (2002), a implantação de uma política de desenvolvimento sustentável para as cidades requer estratégias. E isso tem que ser feito dentro das bases do processo participativo, conforme norteiam as orientações da Agenda 21 Brasileira. Dessa forma, é preciso construir linhas do cenário futuro, desejado pelas pessoas que acreditam ter o direito e as oportunidades de realizar ações transformadoras. Neste contexto, a proposta pensada para Campo Grande não fecha as portas para o desenvolvimento, mas procura refletir novos rumos para o progresso da cidade e que sejam compatíveis com o porte da cidade e com os anseios da população.

A *Saúde pública* é o quarto tema escolhido pela Agenda 21 Local e que gerou expectativas entre os participantes. Por ser essencialmente polêmico o assunto está

focado não só na análise da qualidade da prestação de serviços, que é oferecida à população, como vislumbra, ao longo dos próximos anos, a melhoria do sistema público e a importância da sua relação cada vez maior com o meio ambiente.

O documento observa que a imprensa da Capital tem mostrado o constante surgimento de doenças como a Dengue a Leishmaniose, destacando negativamente a cidade no cenário nacional. Dessa forma, a intenção do estudo contido na Agenda é possibilitar a identificação das áreas críticas e mais carentes de assistência pública no campo da saúde. Uma das alternativas a ser adotada é a implementação da vigilância ambiental e que tem como objetivo:

Identificar e prever as áreas de maior risco de epidemias em Campo Grande, utilizando-se de ferramentas de geoprocessamento. É exatamente a capacidade de integração de dados de diferentes naturezas escalas que permitira ao Sistema Integrado de Geoprocessamento (SIG) fornecer um retrato fiel da saúde na cidade (...).(Agenda 21, Campo Grande Nosso Lugar – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável, 2004, p.78).

Caso a Agenda 21 Local seja realmente implementada, a proposta elaborada para o setor de saúde, também denominada pelos participantes do processo como Carta de Saúde de Campo Grande, poderá ser transformada num instrumento eficaz de prevenção e de combate, ao mesmo tempo, de epidemias que ainda atingem a cidade. Além disso, o documento serve de parâmetro para a melhoria da saúde da população, contribuindo, ainda, para elevar a da qualidade de vida dos moradores.

Promover o crescimento econômico da cidade e na mesma perspectiva, combater a pobreza com a implementação de projetos voltados para o restabelecimento da dignidade das pessoas menos favorecidas. Estes são alguns dos desafios que compõem a parte do documento que trata da *Inclusão Social* – que é o quinto tema - e que faz uma breve radiografia dos problemas que se originaram, principalmente, pelo crescimento populacional de cidades como Campo Grande e que acabam formando estruturas intra-urbanas, marcadas por desigualdades sociais e discrepâncias territoriais (Agenda 21, Campo Grande Nosso Lugar – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável, 2004).

Para referendar as ações em torno das regiões que mais sentem as desigualdades sociais, a Agenda 21 Local propõe um estudo da dinâmica socioespacial em Campo Grande com a finalidade de marcar o início de uma política

de longo prazo, preocupada com uma abordagem mais integrada e flexível do processo de tomada de decisões, conforme relata o documento e seria melhor aplicável com a melhoria do uso de dados e informações em todos os estágios do planejamento e do seu manejo.

Na realidade, a inclusão social só poderá obter êxito se for balizada pelo monitoramento dos dados e pelo estímulo da participação da comunidade. Além disso, serão necessárias algumas modificações na infra-estrutura dos serviços prestado à sociedade, como a melhoria do transporte coletivo urbano e o incentivo para a criação de projetos de cooperativas, como alternativa de distribuição eqüitativa de lucros e oportunidades de trabalho.

Para colocar em prática as ações previstas na agenda 21 Local é fundamental o fortalecimento econômico da cidade, que passa pelo viés do fortalecimento individual e social. Como o presente estudo já abordou, no primeiro capítulo, o contraponto entre o individual e o coletivo é uma das formas viáveis para a retomada da melhoria das relações entre o cidadão e a comunidade em que vive. E é isso que propõe o sexto tema que aborda o desenvolvimento econômico,

Segundo o documento da Agenda 21 Local (2004), não acontece desenvolvimento econômico de um determinado território, bairro, região ou município, se não houver o desenvolvimento do capital humano. Para que isso aconteça, é preciso, também, que haja um interesse das pessoas e uma maior abertura do espaço público. E é por meio do estabelecimento de parcerias que se pode alcançar os objetivos comuns, que por sua vez, irão contemplar os objetivos individuais.

O sétimo tema discutido no documento de Campo Grande estabelece uma relação direta com os assuntos anteriores uma vez que aborda o *Desenvolvimento urbano*. A questão habitacional torna-se, então, o pano de fundo para a construção de uma política habitacional integrada e que esteja voltada para o urbanismo sustentável. O que pretende para o futuro é a implantação de uma gestão habitacional integrada em um contexto mais amplo, onde a cidade passa a ser pensada como um todo, onde a moradia esteja incluída como parte desse conjunto.

Pode-se, então, afirmar que o investimento no ambiente urbano tem um efeito multiplicador quando é somado ao investimento no desenvolvimento e inserção social. (...) em vez de tratarmos de empreendimentos habitacionais, trataríamos, sim de empreendimentos sociais, onde a concepção de projeto orientada pelas necessidades e

pluralidade dos contextos humano e urbano e os indivíduos sejam vistos em sua totalidade como seres sociais. (Agenda 21, Campo Grande Nosso Lugar – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável, 2004, p. 113).

Comparado ao texto original da Agenda 21 Global, em volume de conteúdo, a versão final da Agenda 21 Local é bem menor e pode até parecer insipiente, mas não é, uma vez que está distribuída em 120 páginas, enquanto que a primeira chega a ser demasiadamente extensa, com uma estruturação de 40 capítulos. Muito além da questão numérica está a qualidade do conteúdo. Os assuntos nela contidos são frutos da participação direta e indireta de vários setores da sociedade que estiveram representados na ação de seus representantes.

Fonseca (2004) observa que a Agenda 21 é um programa de ação ambiental e que tem a finalidade de estruturar um novo padrão de desenvolvimento planetário e que seja capaz de conciliar proteção ambiental, justiça social e sustentabilidade econômica. Os eixos desse novo redimensionamento, que inclui, ainda, mudanças de comportamento da sociedade, têm que ser balizados pela participação ainda mais efetiva e, sobretudo transformadora, não só dos cidadãos, mas também, das instituições.

A análise dos debates que envolveram o processo de construção da Agenda 21 Local revela que, em relação ao programa da Agenda 21 Brasileira, os conflitos enfrentados não foram muito diferentes. Em qualquer uma das situações, as diferenças entre as formas de pensamento acabam se tornando latentes e isso provoca reações variadas e que, se não forem esgotadas na base do diálogo e do debate de idéias, pode comprometer todo o trabalho.

No caso do documento de Campo Grande, a participação efetiva de diferentes segmentos abriu discussões intermináveis que só puderam ser concluídas com a intervenção do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (Planurb). Para sintetizar o pensamento de cada participante ou de cada entidade representativa, de um total de 60 instituições, que fizeram parte efetiva do Fórum da Agenda 21 Campo Grande Nosso Lugar e que praticamente são signatárias do documento, foram necessárias várias reuniões e a realização de concurso público para a escolha dos sete temas, e que agora precisam ser mostrados e debatidos com toda a sociedade, sob o risco de que tudo se transforme em mais amontado de papéis bem escritos e que não apresentam nenhuma aplicabilidade.

Segundo Born (2002), a concretização das propostas da Agenda 21 Brasileira e que podem ser estendidas na análise do documento local, depende, também, da mobilização de meios e de todos os instrumentos necessários para o melhor entendimento da sociedade.

Dessa forma, os meios de comunicação, com o seu poder de persuasão e capacidade de articulação precisam cumprir o seu papel social, o que não vem acontecendo até o presente momento, conforme mostram os dados levantados no capítulo seguinte, que trata da quase inexistente relação entre os jornais impressos de Campo Grande com a construção da Agenda 21 Local.

3. METODOLOGIA

3.1 Local da Pesquisa

O município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

3.2 Tipo de Pesquisa

Optou-se pela pesquisa de campo, que, segundo Oliveira (1997, p.124), “consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis para posterior análise”. A pesquisa também se caracteriza por ser qualitativa, que, para Dencker (1998, p.107), “é adequada para se obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, porém não permite a generalização em termos de probabilidade de ocorrência”.

Como forma de adequação aos objetivos previamente definidos e considerando a perspectiva de abordagem, o estudo de caso surge como a alternativa mais viável.

Nesse sentido, foram realizados estudos do comportamento da mídia impressa, através de análise das matérias e do espaço (não quantitativo), destinado ao tema Agenda 21 e acompanhamento das ações das organizações não-governamentais e do Poder Público (Prefeitura Municipal) e confrontadas com os cinco jornais impressos, durante o período de seis meses. Foram estudadas as edições de janeiro de 2004 a junho de 2004 dos jornais Correio do Estado, Diário do Pantanal, Folha do Povo, O Estado de Mato Grosso do Sul e Primeira Hora.

3.3 Métodos e Técnicas

A interpretação dos dados apurados foi realizada tendo como base o método indutivo, que se inicia pela observação dos fenômenos até chegar aos princípios gerais (Dencker, 1998). Os dados para o desenvolvimento da pesquisa foram coletados, com base nos seguintes instrumentos, conforme Lakatos (1992): levantamento de documentação indireta (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental) e levantamento de documentação direta (formulários; entrevistas

padronizadas e/ou despadronizadas, informais), que foram realizadas por conversação verbal face a face, pré-elaboradas e gravadas em fitas micro-cassetes.

A pesquisa teve acesso a documentos importantes produzidos pela coordenação da agenda 21 Local. Foram consultados relatórios, atas e outros documentos administrativos. Os textos jornalísticos, produzidos pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura (releases) também foram utilizados. As poucas matérias publicadas pelos jornais também serviram de subsídios.

As entrevistas foram divididas em dois grupos, sendo pessoas envolvidas diretamente na construção da Agenda 21 e jornalistas. O primeiro grupo é formado por um representante do movimento ambientalista; um representante do poder público municipal e que também responde pela coordenação da Agenda 21 Local; um representante do movimento sindical e um representante do movimento comunitário. Respectivamente, eles aparecem na pesquisa como entrevistados A, B, C e D e não são identificados.

As entrevistas com os representantes do movimento ambientalista e do poder público municipal foram realizadas no dia 14 de fevereiro de 2005, enquanto as entrevistas com os representantes do movimento sindical e comunitário ocorreram no dia 15 de fevereiro do mesmo ano.

O segundo grupo (jornalistas) é formado por um profissional de cada jornal. Considerando que em Campo Grande circulam diariamente cinco jornais, inicialmente seriam realizadas cinco entrevistas. Os jornalistas aparecem na pesquisa, como entrevistado do jornal 1; entrevistado do jornal 2; entrevistado do jornal 3 e entrevistado do jornal 4 e também não são identificados. O representante do jornal 5 não quis dar entrevistas.

As entrevistas com os representantes dos jornais 1 e 2 foram realizadas no dia 17 de fevereiro de 2005. Os profissionais dos jornais 3 e 4 foram ouvidos, respectivamente, nos dias 18 e 19 de fevereiro do mesmo ano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Agenda 21 Local e Atuação dos Jornais Impressos

Ao iniciar as discussões em torno das ações a serem traçadas para a implantação da Agenda 21 em Campo Grande (MS), o poder público, as associações de moradores e as Organizações Não-Governamentais (Ongs) deram importantes passos na construção de uma nova cidade. As sete linhas temáticas que norteiam o programa da Agenda 21 local surgem como o alicerce dessa grande obra, que ao mesmo tempo em que parece imaginária, nasce calcada na realidade, porque é fruto das reflexões das pessoas que habitam este lugar.

Por mais que, em alguns momentos, tenham parecido insipientes, vazias, partidárias e corporativistas, são autênticas as idéias e concepções construídas ao longo do debate a respeito do novo modelo de cidade que se pretende levantar na Capital de Mato Grosso do Sul. O mais importante é que o cimento dessa nova construção dará a espessura do concreto necessário para sustentar as colunas das futuras edificações.

É no campo dos debates que começam a aparecer as soluções, embora teóricas, para uma tomada de posição diante das crises ambientais que afetam os grandes centros. O que faz a diferença é a forma como a sociedade se mobiliza para encontrar outras alternativas, “entretanto a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução” (LEFF, 2001, p.96).

O documento, que foi preparado para orientar a construção da Campo Grande do futuro, contempla o pensamento de diversos segmentos. Embora a pluralidade seja uma das marcas dessa proposta, o projeto *Agenda 21 Campo Grande Nosso Lugar* não pode ser entendido como uma colcha de retalhos ou como algo extremamente fragmentado.

Os sete temas escolhidos têm contornos simétricos e se enquadram na planta arquitetônica da nova cidade. Na realidade, essas linhas temáticas, como define a publicação *Documentos Analíticos*, do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (Planurb), apontam alguns caminhos possíveis de serem trilhados pela população, independentemente de classes sociais ou de propostas políticas que possam surgir de agora em diante.

A implementação da Agenda 21 local, embora tardia, considerando as orientações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada de 3 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), depende agora do acompanhamento e da fiscalização da sociedade civil organizada.

Para que o documento não se transforme num amontoado de folhas destinado a ocupar espaço nas estantes das bibliotecas escolares e universitárias, é preciso que as entidades e os organismos envolvidos na sua elaboração não percam o caminho da obra, porque dela depende a nossa sobrevivência, como observou Rabelo:

A Agenda 21 local tornou-se uma referência e um instrumento concreto para o enfrentamento do mais complexo problema ecológico mundial: o acelerado processo de urbanização e metropolização. A curto prazo, não existem soluções para deter ou reverter a deterioração da qualidade da qualidade de vida que atinge as aglomerações urbanas, especialmente as de médio e de grande porte. (RABELO, 2003, p. 29).

Mais do que promover o enfrentamento das crises ambientais que já atingem a cidade, a Agenda 21 Local terá que promover o resgate da qualidade de vida e o bem querer à cidade. É lógico, que a premissa que deve nortear a construção de uma cidade saudável não pode ser dissociada da proposta de desenvolvimento sustentável.

4.2 A Ausência dos Meios

A Agenda 21 Local não terá eficácia se não houver a participação dos movimentos sociais e do poder público. Nesse sentido, torna-se fundamental a contribuição de Novaes (2003), ao defender, no conceito de sustentabilidade, a inclusão de vertentes como a ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Segundo o autor, a implantação desse modelo “exige a construção de uma nova ética, ao lado da modernidade técnica, de modo a incorporar às intervenções transformadoras da realidade o compromisso com a perenização da vida” (Novaes, 2003, p.330).

As idéias de Novaes ganham ainda mais importância no contexto da análise em torno do modelo de Agenda 21 que foi construído para Campo Grande, quando fazem referência direta ao papel dos meios de comunicação.

(...) é decisivo, desde o início, mobilizar os meios de comunicação, levá-los, a partir de todo o processo, para que entendam todos conflitos e sejam capazes expô-los à sociedade para que ela se mobilize, participe. E decida como deve ser. Sempre” (NOVAES, 2003 p.331).

Cabe aqui uma abordagem a respeito da atuação da mídia, em especial, dos veículos de comunicação de massa, na cobertura do processo que envolveu a construção da Agenda 21 local. Em praticamente todas as etapas das discussões iniciadas em 2001 e, que somam um total de seis reuniões públicas, o que se constatou foi a ausência total desses veículos.

Nenhum veículo compareceu às reuniões públicas que marcaram a elaboração da Agenda 21 Local. Um claro exemplo desse completo descaso, foi a quinta *Reunião Pública*, realizada no auditório do bloco V, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). Na oportunidade foram apresentados os sete temas definidos para a construção do documento e que não mereceram referências, nem qualquer citação, sequer nas seções de coluna social, quanto mais nos espaços destinados às notícias.

O descaso da mídia campo-grandense pode até colocar em cheque o modo de condução da política de mobilização da sociedade e dos próprios meios de comunicação adotados pela Prefeitura Municipal de Campo Grande – responsável direta pela Agenda 21 local, mas não justifica a ausência sentida. Antes de analisar o comportamento da mídia foi preciso acompanhar o posicionamento da Assessoria de Comunicação diante do processo de construção da Agenda 21 Local.

No aspecto jornalístico, a Assessoria de Comunicação do município cumpriu minimamente a sua função, ao disponibilizar para toda a imprensa, por meio do site de notícias, mantido pela Prefeitura, as informações que deveriam servir de pauta para a cobertura local a respeito das ações realizadas em torno da Agenda 21 Local. Com base no banco de dados encontrados no endereço eletrônico www.cgcnoticias.ms.gov.br, a pesquisa conseguiu informações que confirmam que foram produzidos vários *releases* (textos destinados aos jornalistas) e que

praticamente foram ignorados pelos jornais impressos. Alguns desses textos estão reproduzidos em cópias e fazem parte dos anexos da pesquisa.

Não está em discussão o comportamento de jornalismo *chapa branca*, mas sim, o papel da comunicação e, em especial do jornalismo, como explica Noblat (2002, p. 31) ao falar da notícia como fato relevante, que desperta interesse público. “Fora dos manuais, notícia na verdade é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público”.

A discussão rompe o objetivismo do jornalismo cotidiano e dá lugar ao chamado jornalismo de prestação de serviço. Nessa categoria, procura-se incluir a função social do jornalismo, uma vez que colocam em debate assuntos de relevância social, como a questão ambiental. Além disso, o enfoque da cobertura, caso tivesse acontecido, deveria estar na perspectiva dos efeitos, das causas e conseqüências de um projeto que defende um novo rosto para a cidade.

Durante a análise do comportamento da mídia impressa em relação à Agenda 21, a pesquisa tomou como base os meses de janeiro a junho de 2004. Nesse período aconteceram as principais discussões do processo de construção da Agenda 21, como a quinta reunião pública, realizada no dia 17 de abril e a sexta reunião pública, realizada no dia 28 de maio.

Os dois encontros foram marcados por acirrados debates onde foram analisadas e aprovadas as diretrizes para o desenvolvimento sustentável de Campo Grande e passaram em branco pelos cinco jornais locais. Na maioria deles, o assunto não recebeu nenhuma referência, nem mesmo nas colunas sociais.

Além disso, no dia 24 de junho, aconteceu o ato de lançamento da versão final da Agenda 21 Local, na Câmara Municipal de Vereadores. O evento reuniu representantes dos mais variados setores da sociedade (ver lista de assinatura da Audiência Pública), mas não conseguiu sensibilizar os jornais que, novamente, não compareceram e, ainda, continuaram calados. A única exceção foi o jornal O Estado de Mato Grosso do Sul, que somente no dia 26 de junho (sábado), portanto, dois dias após o lançamento do documento, que aconteceu no dia 24 (quinta-feira), publicou duas matérias na página 05 e dedicou o editorial ao tema.

Na matéria principal, que tem como título *Após três anos de discussões sociedade entrega Agenda 21*, o jornal faz uma abordagem direta do papel da sociedade na elaboração do documento. Logo no *lead*, que é o parágrafo de abertura de um texto jornalístico, o repórter dá o enfoque da matéria nas principais

propostas traçadas para o futuro da cidade. Além disso, ele também destaca a participação das entidades representativas da sociedade no processo.

Na matéria *Propostas precisam funcionar na prática*, o texto ganha um tom mais crítico. A abordagem do documento é feita através de uma outra perspectiva, onde a função prática do documento chega, inclusive, a ser questionada. Pelo menos é o que fica claro logo no primeiro parágrafo, quando o repórter levanta a idéia da ineficácia de alguns projetos que só funcionam na teoria e defende, nas palavras da coordenadora da Agenda 21 Local, que essa idéia pode ser derrubada com a implementação das diretrizes apontadas no documento, quando diz: “Reunimos todos os nossos sonhos nessa obra. Não queremos que ela se torne um livro no canto da prateleira empoeirada”.

Na mesma edição, o próprio jornal assume uma postura de defesa das propostas contidas na Agenda 21, de Campo Grande, através do editorial, ao afirmar que o documento funciona como uma espécie de pacto entre os diversos segmentos da sociedade na busca de soluções para a preservação do meio ambiente. O jornal chega a afirmar que a Agenda 21 é a tábua de salvação para o enfrentamento dos problemas ambientais que atinge o mundo.

O Correio do Estado, que no dia 19 de julho de 2001, durante o início do processo de construção da Agenda 21 Local deu matéria de destaque no Caderno de Geral, com o título: *Agenda 21 começa a ser construída*, três anos depois, praticamente ignora o assunto. A única menção do jornal mais antigo e de maior circulação do Estado, é feita no dia 30 de junho, na página 02, e não é em forma de notícia, mas em artigo assinado pelo engenheiro civil e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Fausto Mato Grosso. O texto está bem escrito do ponto de vista da fundamentação de um artigo, mas não passa de uma opinião pessoal. Não pode ser entendido como matéria jornalística.

A partir de uma análise mais contextualizada, o jornal O Estado de Mato Grosso do Sul foi o único, em seis meses, a veicular informações sobre o processo de construção da Agenda 21 Local, embora tenham sido produzidas apenas duas matérias e um editorial. Em termos de texto noticioso, o editorial não pode ser levado em conta, já ele representa a opinião expressa do jornal, como foi já visto. O resultado dessa análise, enfim, reflete a distância e o abismo existente entre o referencial teórico do jornalismo e a realidade da prática cotidiana.

Na realidade, o que está evidenciada é a total omissão dos jornais impressos diante de um assunto que teria condições de ser explorado exaustivamente, considerando a sua importância para a população de Campo Grande.

Se, por um lado houve a omissão do chamado *quarto poder*, durante todo o processo da Agenda 21 local, o mesmo não aconteceu com o terceiro setor. A participação dos movimentos sociais pode ser considerada satisfatória e comprova o envolvimento das lideranças representativas das comunidades locais. O resultado não mostra significativamente todos os anseios da sociedade, mas, levando em consideração o conteúdo das propostas na versão final, representa avanço.

O primeiro tema aborda o viés da comunicação e se coloca como ponto de partida da propagação das idéias contidas no projeto da Agenda 21 local. As “Estratégias para a difusão de uma nova consciência ambiental” sugerem um traçado para a divulgação dos demais temas.

Lani e Viudes são jornalistas e venceram um dos concursos elaborados pela Prefeitura de Campo Grande para escolha dos temas. Eles propõem uma análise das “concepções de educação, ambiente e redes” . Essas sugestões devem “embasar um seminário de capacitação dos professores da rede municipal para a confecção do Boletim Eletrônico da Agenda 21” (2004, p.09) .

Os autores defendem essas ações “em decorrência da pressão do capital sobre os recursos naturais do planeta” (2004, p.09) e que, segundo eles, faz-se necessário uma educação voltada para a formação de cidadãos críticos e que sejam capazes de reconhecer como as relações de poder atuam na construção do espaço social e de que maneira eles (os cidadãos) podem trabalhar na criação de modos de produção mais compatíveis com a felicidade humana.

Além de envolver os formadores de opinião, como os professores que atuam na rede municipal de ensino, o documento sinaliza para a elaboração de um boletim eletrônico, que deverá ser propagado através dos computadores instalados nas escolas do município. A idéia é atingir mais de 70 mil alunos espalhados em 83 estabelecimentos de ensino.

A estratégia de divulgação também inclui os veículos de comunicação de massa, que seriam monitorados por meio de uma assessoria de comunicação, voltada para a difusão de informações relativas à Agenda 21. Essas propostas acabam se constituindo em desafios, tanto do ponto de vista da comunicação institucional, como de massa.

Em relação aos veículos de comunicação de massa, a abordagem deve ser dirigida à imprensa. Rabelo afirma que existe uma estreita relação entre a carência ou a inadequação das informações e a degradação ambiental.

"Não por acaso, a Agenda 21 dedica seu último capítulo ao assunto e propõe medidas e recursos para incentivar o crescimento da redução e circulação de dados. Entre os vários caminhos para viabilizar esses objetivos, está a imprensa" (RABELO, 2004, p.57).

Essa constatação reforça a importância da mídia e o lugar que ela ocupa no cenário social. Seu poder de influência e de mobilização é muito forte e exerce um papel de destaque em qualquer atividade que envolve a população, desde que o assunto em discussão chame a atenção dos veículos. Em outras palavras, o fato tem que ser importante para poder entrar na pauta do dia.

Os maiores obstáculos podem estar nos próprios veículos e, também, na dificuldade de sedução dos profissionais que atuam no jornalismo. As questões ambientais são pouco difundidas. E quando isso acontece, é de forma equivocada e, muitas vezes, fora do contexto, como explica Trigueiro:

Na Era da Informação, na Idade Mídia, onde os profissionais da comunicação pertencem ao que se convencionou chamar de Quarto Poder, meio ambiente ainda é uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo que extrapola a fauna e a flora. O interessante é que esse sentido mais amplo está na origem da expressão "meio ambiente", que reúne dois substantivos redundantes: meio (do latim *mediu*) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente, palavra composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb* (o) (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir). Ambiente, portanto, seria tudo o que vai à volta. (...) mas dizer que meio ambiente é tudo seria simplificar demais a questão. (...) O fato é que reduzir o meio ambiente à fauna e à flora é, definitivamente, um erro de grandes proporções. (TRIGUEIRO, 2003, p.77).

Conscientizar a comunidade sobre os perigos das crises ambientais e suas conseqüências para a necessidade de cuidar o todo e, não apenas as partes, é uma árdua tarefa. Quando o objeto desse projeto de conscientização passa a ser a própria mídia, as dificuldades tendem a ser maiores. O caminho mais curto para atrair a atenção dos veículos de comunicação de massa é o profissional que atua

diretamente na mediação dos fatos. É preciso conquistar os jornalistas para as causas ambientais.

A discussão sobre a Agenda 21 local não pode ser reduzida ao âmbito da comunicação. Um tema exclusivamente para abordar o assunto já significa o reconhecimento sobre a sua importância na sociedade. O que falta agora é encontrar mecanismos que sejam eficazes na propagação dessas idéias, sem deixar de lado o debate a respeito da qualidade do conteúdo das informações. Nesse sentido, é importante que os jornais repassem essas informações para o leitor, que tem o sagrado direito de saber o que está acontecendo com a sua cidade.

4.3 O Meio Ambiente e a Comunicação na Visão dos Envolvidos na Agenda 21 de Campo Grande

Para nortear as análises teóricas sobre a Agenda 21 Local e avaliar o trabalho de mediação exercido pelos jornais diários de Campo Grande, a pesquisa ouviu quatro pessoas que participaram diretamente da elaboração do documento, desde as primeiras reuniões até a publicação do documento final. A intenção da entrevista semi-estruturada é levantar a opinião de quem esteve mais próximo do processo e que tem condições de analisar com mais propriedade a cobertura exercida pelos cinco jornais que circulam em Campo Grande.

Como forma de buscar o entendimento de parte dos segmentos envolvidos no processo e que fazem parte do Fórum da Agenda 21 Local, foram elaboradas dez questões (ver formulário em anexo). Os entrevistados não são identificados e foram escolhidos da seguinte forma: um representante do movimento ambientalista um representante do poder público municipal e que também responde pela coordenação da Agenda 21 Local; um representante do movimento sindical e um representante do movimento comunitário. Respectivamente, eles aparecem na pesquisa como entrevistados A, B, C e D.

O representante do movimento ambientalista (**entrevistado A**) cita o lixo como um dos problemas ambientais e sugere a coleta seletiva como uma alternativa viável para o poder público. No seu entendimento Prefeitura Municipal ainda faz muito pouco em relação ao meio ambiente. Ele reclama da omissão do poder público

mas também questiona a falta de interesse do cidadão que “quase não se mexe diante dos problemas, como o destino final dos resíduos sólidos”.

Quando o assunto é o papel do jornalista nas questões relativas ao meio ambiente, o **entrevistado A** é taxativo. “Os jornalistas precisam ser mais participativos e menos ausentes das discussões ambientais”, comenta. Na sua avaliação, o jornalista tem o dever de contribuir efetivamente com o debate em torno das temáticas ligadas ao meio ambiente. “Eles têm que produzir mais matérias voltadas para o crescimento da cidade, mesmo que elas sejam negativas. O que não podem é ficar omissos”, argumenta.

O **entrevistado A** enumera a idéia da gestão compartilhada como um aspecto importante para o futuro da cidade. “É uma forma de democratizar as decisões, além de reduzir o poder de influência da esfera pública”. Ele ressalta os eixos temáticos estabelecidos na Agenda 21 como necessários para a população, mas que precisam ser colocados em prática. “Os assuntos contidos no documento final contemplam os anseios da população porque nasceram, em grande parte, dos debates ocorridos entre os diversos setores da sociedade. O que falta agora é a sua aplicação”, pondera.

A respeito da cobertura dos jornais locais sobre a Agenda 21, o **entrevistado A** volta a mencionar a ausência dos principais veículos e afirma que houve omissão e falta de compromisso. Ele comenta que o desinteresse pode ser atribuído ao descaso e à falta de preparo dos jornalistas, mas que também, está relacionado às estratégias utilizadas pelos responsáveis pela coordenação do processo. “As matérias ambientais, quando são feitas, são pobres, sem conteúdo. Isso pode ser observado especificamente no caso da Agenda 21 de Campo Grande”, reclama o entrevistado. Ele também critica a postura da prefeitura. “Não senti muito empenho da prefeitura na divulgação da Agenda 21”.

O destino dos resíduos sólidos também faz parte da preocupação do representante do poder público municipal (**entrevistado B**). Ele concorda com o ambientalista a respeito da coleta seletiva como uma maneira de resolução do problema, mas diverge quanto ao papel da administração municipal. “A prefeitura tem buscado caminhos viáveis para resolver o problema do lixo”, defende. A respeito do papel do cidadão, o entrevistado afirma ter ficado surpreso com o envolvimento cada vez maior das pessoas nas discussões em torno das questões ambientais.

“Muita gente atendeu ao chamado para a construção da Agenda 21 e participou do processo. Isso é uma demonstração de que as coisas estão mudando”, compara.

Ao falar sobre o papel dos jornalistas nas questões relativas ao meio ambiente, o **entrevistado B** diz que “tem muita coisa para melhorar”. Para ele, o profissional da imprensa exerce uma função social e por essa razão deveria explorar melhor o seu poder de influência junto à população. “O meio ambiente ainda é um universo desconhecido para os jornalistas. O que existe é uma relação de distanciamento”, analisa.

O **entrevistado B** salienta a necessidade da comunicação estar mais próxima da sociedade, principalmente quando se trata das questões ambientais. “A comunicação e, em especial o jornalista, tem que fomentar o debate a respeito do meio ambiente”, conclama. Ele destaca o desenvolvimento sustentável com um aspecto importante o futuro de Campo Grande. “Esse ponto representa um avanço significativo para a cidade”, comenta.

Em relação aos eixos temáticos, o **entrevistado B** diz que são todos representativos para o crescimento global da cidade. “A escolha desses sete temas foi baseada na consulta popular. Eles não surgiram por acaso. São fruto de dois concursos públicos e por isso tem respaldo”, assegura.

Quanto à cobertura dos jornais, o **entrevistado B** declara que ficou decepcionado com espaço dado aos debates que envolveram a Agenda 21 Local. “Foi um processo democrático praticamente sem precedentes na história do poder público municipal e merecia melhor atenção. “Houve omissão e isso merece uma análise mais aprofundada”, comenta. Para ele, pode até ter havido falhas na divulgação das reuniões, mas isso não justifica a omissão dos veículos. “Essa ausência é fruto tanto da falta de preparo dos jornalistas, quanto da política adotada pelos jornais de priorizar as notícias que dão retorno para o jornal”, analisa.

Na avaliação do representante do movimento sindical (**entrevistado C**), Campo Grande tem problemas e o lixo é o principal deles. Para ele o cidadão deve ocupar o papel de fiscalizador do poder público. “Ele tem que estar atento para as ações dos governantes”, sugere.

Quanto ao papel que deve ser desempenhado pelo jornalista diante das questões ambientais, o **entrevistado C** diz que ele tem que ser um instrumento de denúncia. “O jornalista é uma pessoa que sempre teve mais acesso às informações que outros e por isso tem que denunciar, principalmente quando existem

problemas”, propõe o sindicalista, colocando a denúncia como uma contribuição do jornalismo para o debate sobre as questões ambientais.

O **entrevistado C** aponta a gestão compartilhada como um aspecto importante para o futuro da cidade. “É uma forma do cidadão participar diretamente da administração da cidade”, defende. No seu entendimento, todos os temas colocados no documento final da Agenda 21 contemplam as necessidades dos habitantes. “É tudo que a cidade precisa para ser melhor”.

Em relação à cobertura dos jornais, o representante do movimento sindical comenta que houve descaso. “Não deram nada nos jornais. Parece que nada aconteceu”, reclama. De acordo com o **entrevistado C**, esse comportamento está ligado a falta de preparo dos jornalistas e não aponta o problema como resultado de falhas na divulgação. “O pessoal da coordenação da Agenda 21 fez um bom trabalho”, defende.

Na visão do **entrevistado D** (representante do movimento comunitário), a cidade tem vários problemas ambientais, mas nenhum é superior ao problema do lixo. “A Prefeitura tem que fazer alguma coisa urgente”, cobra. Ele diz que o papel do cidadão é fiscalizar o poder público. “Nosso função é ficar de olho neles, que quase nunca fazem nada”, provoca.

A respeito do papel do jornalista, o representante do movimento comunitário afirma que é informar os demais membros da sociedade. “Sempre achei que os jornalistas sabem mais que os outros. Eles têm o dever de trazer as informações para todos nós”, comenta. No seu entendimento, o jornalismo deve contribuir com o meio ambiente denunciando as coisas erradas. “Tudo que o poder público e a sociedade fizer de errado, em relação ao meio ambiente, deve ser denunciado pelo jornalismo”, afirma.

O **entrevistado D** aponta a saúde pública como um aspecto importante para o futuro da cidade. “É um questão que atinge a nossa vida”, declara. Ele diz que além da saúde, que mais chamou a sua atenção, os demais temas debatidos na Agenda 21 local são importantes para a população. “Acho que esses assuntos já resolvem os nossos problemas”, declara.

Para o líder comunitário, a cobertura dos jornais sobre a Agenda 21 foi muito ruim. A exemplo do entrevistado E ele comenta que houve descaso dos jornalistas. “Eu procuro dar pelos menos uma olhada em um jornal da cidade e nos dias que eu

fiz isso não vi nada. Acho que os jornalistas não estão preparados para falar de meio ambiente”, observa.

No quadro 1 estão destacados alguns aspectos que ilustram as opiniões de algumas pessoas que estiveram envolvidas na discussão da Agenda 21 Local. Há algumas posições convergentes em relação ao que pensam os jornalistas, mas de forma geral, o que predomina é o descontentamento com o comportamento da mídia impressa a respeito do assunto.

4.4 A Agenda 21 e o Olhar dos Jornalistas

Da mesma forma que foi necessário ouvir a opinião de algumas das pessoas que estiveram envolvidas no processo de construção da Agenda 21 Local, a pesquisa também buscou saber o que pensam os jornalistas que estavam no comando das redações dos cinco jornais diários de Campo Grande, durante o período em que ela foi elaborada. Para que isso fosse possível, foram preparadas cinco entrevistas semi-estruturadas que tiveram como base um roteiro de dez perguntas (ver formulário anexo).

Tomando como parâmetro os procedimentos adotados na análise das entrevistas realizadas com as pessoas que participaram da elaboração do documento da Agenda 21, a pesquisa também não identifica os jornais nem os jornalistas entrevistados. Durante a análise eles aparecem como: representante do jornal 1; representante do jornal 2; representante do jornal 3; representante do jornal 4. O representante do jornal 5 foi procurado e não quis colaborar com o estudo.

O **entrevistado do jornal 1** diz que Campo Grande apresenta problemas ambientais e que o mais grave deles é o destino do lixo. “A cidade é bem planejada, mas não consegue resolver um problema que cada vez fica pior”, argumenta o jornalista. Para ele o poder público faz muito pouco em relação às questões ambientais. “Cobra muitos impostos e é inoperante”, reclama.

Ao abordar o papel do cidadão diz que deve ser o de fiscal das ações do poder público. “Assim como a prefeitura faz em relação aos impostos, o cidadão deve cobrar a execução das ações”, sugere. Quando o assunto é o papel do jornalista diante das questões ambientais, diz que deve ser o de informar a sociedade. “É Nosso dever mostrar tudo que acontece diariamente e que tenha

interesse público”, comenta. Para ele, a maior contribuição da comunicação está formação de opiniões. “O jornalista é um mediador da sociedade e o que ele mostra exerce influência nessa mesma sociedade”, afirma o entrevistado.

A respeito da Agenda 21, o **entrevistado do jornal 1** diz tratar-se de uma ação coordenada pela ONU para o desenvolvimento sustentável do planeta, mas que ainda não saiu do papel. “Na teoria é muito bonito, mas não funciona”, declara. Em relação ao documento elaborado para Campo Grande, o entrevistado afirmou não conhecer as principais diretrizes. “Sei que existe, mas confesso que não sei do que exatamente ele trata”, reconhece.

Ao avaliar a cobertura dos jornais locais sobre Agenda 21, não poupa nem a própria empresa em que trabalha. “Não demos quase nada e admito que faltou interesse”, afirma. Para o **entrevistado do jornal 01**, o desempenho ruim do seu veículo não está ligado somente ao desinteresse da empresa, mas também à falta de divulgação dos organizadores. “O trabalho da Prefeitura em relação ao assunto foi muito fraco”, reclama.

O **entrevistado do jornal 2** também entende que a Capital tem problemas ambientais e cita o lixo como exemplo. “A situação é grave e requer uma saída urgente”, alerta o jornalista, que cobra da prefeitura uma reação urgente ao problema do destino dos resíduos sólidos.

Para ele, o cidadão deve atuar sempre como um fiscalizador da administração pública. “Ele paga impostos e tem o direito de cobrar”, observa o entrevistado. Em relação ao papel do jornalista a opinião também é semelhante ao entrevistado anterior e diz que é a de informar a sociedade. “O jornalista tem a obrigação de apontar os problemas ambientais da cidade”, comenta ele, que também destaca a função de “formadora de opinião” da comunicação.

“É um plano de ação ambiental que envolve diversos países”. Assim o **entrevistado do jornal 2** define a Agenda 21 Local. A exemplo do representante do jornal 1, o jornalista afirma não ter conhecimento a respeito do documento preparado para nortear as ações do desenvolvimento sustentável em Campo Grande. “Quase ninguém deu nada porque o assunto não empolgou. Faltou interesse dos jornais e dos próprios jornalistas”, reconhece.

Segundo o **entrevistado do jornal 2**, a ausência de cobertura está relacionada às estratégias utilizadas pela Prefeitura de Campo Grande. “Faltou um esquema mais eficaz de divulgação”, cobra o jornalista. Ele também faz uma auto-

crítica e aponta a falta de preparo dos jornalistas para as questões ambientais. “É lógico que não estamos preparados para cobrir esses tipos de assuntos”, explica.

Já o **entrevistado do jornal 3** considera que em Campo Grande não existem problemas ambientais. “Acho que isso é coisa para as grandes cidades. A Nossa cidade não entra nessa lista”, afirma. O jornalista diz que a prefeitura está acima da média em relação às questões ambientais. “O serviço prestado é bom. Já conheci lugares muito piores que aqui”, elogia.

O jornalista também acredita que o cidadão deve exercer um papel de fiscalização em torno das ações do poder público. “Quem paga imposto tem que exigir melhorias”, defende. No entendimento do entrevistado, o jornalista tem apenas que cumprir a sua função que é a de “a de manter o leitor informado” .

Para o **entrevistado do jornal 3**, a Agenda 21 é um conjunto de orientações relacionadas ao meio ambiente. Ele disse ter conhecimento das ações realizadas em Campo Grande sobre o assunto, mas informou não ter conhecimento a respeito do documento elaborado. “Sei que ele existe, mas não tive a oportunidade de saber exatamente os temas que ele aborda”, afirma o jornalista.

O entrevistado comenta que a cobertura dada pelos jornais sobre a Agenda 21 foi suficiente. “O assunto não atraiu o interesse dos nossos leitores”, afirmou o jornalista. Para ele o reflexo do espaço concedido pelos jornais é fruto da falta de divulgação dos organizadores e da própria natureza do assunto. “Acho que o assunto rendeu o que tinha que render”, declara. Para ele, os jornalistas estão preparados para cobrirem qualquer assunto. “Tudo não passa de informação”, completa.

Para o **entrevistado do jornal 4**, Campo Grande apresenta problemas ambientais. Na mesma linha de raciocínio dos entrevistados 01 e 02, o jornalista aponta o lixo com um problema que precisa ser solucionado. “O lixo ainda continua sendo a pedra no sapato da administração”, observa. Segundo o jornalista, o poder público tem que encontrar alternativas para essas questões ambientais.

O entrevistado também coloca a função de fiscalização do poder público como papel do cidadão. “A participação do cidadão está no pagamento dos impostos, mas somente isso não é suficiente. Ele tem que correr atrás dos seus direitos”, afirma. Quanto ao papel do jornalista, a resposta não diverge dos entrevistados anteriores, quando defende que “é um profissional que tem o dever de informar os demais cidadãos”.

Para o **entrevistado do jornal 4**, a Agenda 21 é uma proposta elaborada pela ECO-92 e que traz orientações sobre a preservação do meio ambiente. “A proposta inicial da ONU é muito boa, mas precisa ser colocada em prática”, comenta o entrevistado que admite não ter nenhum conhecimento das diretrizes traçadas no documento de Campo Grande. “Não li nada a respeito”, assume o jornalista.

Na avaliação do entrevistado a cobertura dada pelos jornais é apenas um reflexo do descaso em relação aos assuntos ambientais. “Os jornais e os jornalistas não cumpriram o seu papel. Essa é uma culpa que eu também assumo”, comenta o **entrevistado do jornal 4**. Para ele o “motivo do descaso está no próprio jornalista que não é preparado para esse tipo de cobertura”. Ele também reclama da falta de divulgação por parte dos organizadores. “A gente nada ficava sabendo de quase nada. Faltou um trabalho mais intensivo da assessoria de comunicação”, afirma.

No resultado geral da análise das idéias dos jornalistas que estão no comando das editorias (espaços) , que normalmente veiculam notícias relacionadas ao meio ambiente, já que nenhum jornal de Campo Grande tem páginas destinadas exclusivamente para os assuntos ambientais, alguns pontos chamam a atenção e chegam a ser contraditórios. São dados que servem de subsídios para o questionamento do comportamento dos jornais e dos próprios jornalistas, a partir das observações feitas durante a aplicação das entrevistas semi-estruturadas.

Cada cidadão, “embora a maioria tenha se omitido ao chamado para a construção do projeto da Agenda 21”, conforme reclama o representante do movimento ambientalista, aqui denominado na pesquisa como **entrevistado A**, ainda pode conhecer o que foi aprovado sobre Gestão Compartilhada, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saúde Pública, Inclusão Social, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Econômico. Isso é papel e dever da comunicação. Segundo ele, “omitir informação pública é crime e pode causar prejuízo à sociedade”.

Na avaliação desse mesmo ambientalista, os jornais locais, além de estarem completamente ausentes da discussão que envolveu a elaboração do documento que norteiam as diretrizes da Agenda 21 Local, continuam omissos. Segundo ele, não só os jornais, como toda a sociedade, perderam a grande oportunidade de acompanhar de perto as discussões que envolveram o futuro da cidade.

A outra parte da sociedade, que não esteve diretamente envolvida no processo de construção da Agenda 21 Local, que é maioria, e ainda não teve

acesso aos resultados da versão final do documento, tem o direito de ser informada a respeito do futuro da cidade e do novo lugar que ela – sociedade - habita. No entanto, caberá aos meios de comunicação de massa a difusão das concepções que irão formar o DNA da nova cidade. As idéias produzidas em torno dos sete temas têm que ser colocadas em circulação.

5 CONCLUSÃO

Descrever a importância das ações da Agenda 21 para o mundo seria algo praticamente redundante diante de tantas propostas que sugerem novas práticas. Afinal de contas, estamos diante de uma sociedade que precisa encontrar caminhos para a utilização correta de seus recursos naturais e para a redução de problemas cada vez mais cruciais. O que está em discussão nesse momento são as formas e os instrumentos que devem ser utilizados para que o meio ambiente, em toda sua plenitude, seja entendido como essencial para a vida. As ações humanas diante desse tema já vêm sendo repensadas, mais requer aprofundamentos.

Ao abordar a Agenda 21 Local, a pesquisa partiu do pressuposto de que o homem é essencialmente um ser que depende das relações que ele estabelece. Nesse contexto, o entrosamento entre toda a sociedade é fundamental para uma tomada de posições diante dos obstáculos a serem superados. Para que isso seja possível, é preciso falar a mesma língua e isso sempre foi uma busca humana. Ninguém pensa de modo igual, mas todos podem querer agir de forma coletiva, quando o debate passa a nortear o desejo de melhorar as coisas, principalmente quando elas envolvem o lugar em que as pessoas habitam.

Incitar a discussão entre os homens e manter acesa a chama da utopia por uma cidade com condições de oferecer melhor qualidade de vida. Esse foi o grande mérito do processo de construção da Agenda 21 de Campo Grande que durou mais de três anos e envolveu diretamente sessenta entidades organizadas da sociedade. A elaboração do documento final é, na verdade, a síntese de um debate que ainda não terminou. As idéias, agora, terão que sair do papel e voltar para as ruas na forma de ações práticas.

A participação efetiva dos mais variados setores organizados da sociedade pode ser considerada a essência das diretrizes de desenvolvimento sustentável estabelecidas para Campo Grande, nos próximos anos. O engajamento de algumas entidades e organizações refletem um sentimento de transformação que pode contagiar o restante da população – aqueles que se omitiram ou que não puderam participar porque, nem ficaram sabendo do que se tratava.

O caráter democrático das estratégias definidas pela coordenação da Agenda 21 Local está explícito nas realizações das sete reuniões públicas, incluindo a de lançamento do documento final. Esses encontros serviram para fomentar o

surgimento das propostas que, hoje, fundamentam os rumos a serem tomados para a construção da cidade do futuro. Os próprios eixos temáticos adotados, como Educação e ampla divulgação sobre a Agenda 21 Local; Gestão compartilhada; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Saúde pública; Desenvolvimento econômico e Desenvolvimento Urbano, foram sugestões da sociedade, uma vez que a seleção dos temas foi feita por meio de concurso público.

Pode-se afirmar que as propostas traçadas para Campo Grande nasceram da mobilização da sociedade como um todo. Embora alguns dos seus segmentos mais importantes tenham se omitido dessa fase de mapeamento dos principais problemas que atingem a cidade atualmente e que tendem a aumentar, quem participou, deu a sua parcela de contribuição.

Ao longo deste trabalho foram estabelecidas e ao mesmo tempo analisadas algumas relações que mostram a necessidade de um compromisso ainda maior daqui para frente. O papel das entidades que se encarregaram de promover o debate a respeito da cidade e das ações que terão que ser executadas, está parcialmente cumprido. Mas nada poderá alcançar êxito, se o pacto firmado para a construção da nova cidade não for efetivamente colocado em prática.

É nesse contexto que a presente pesquisa se coloca também como uma ferramenta a ser disponibilizada para o benefício de todos, a partir do momento em que detecta que um dos segmentos que deveria ter exercido um papel de relevância, durante todo o processo da Agenda 21 Local, pouco contribuiu. A total ausência dos meios de comunicação poderá resultar em prejuízo para a sociedade, uma vez que não se coloca como mediadora dos debates com a grande parte da população que não teve acesso aos debates sobre o futuro da cidade em que vive.

A partir das relações estabelecidas entre os atores que participaram efetivamente de um projeto, que tem a finalidade de apostar em dias melhores para a coletividade, o estudo mostrou que existem alguns obstáculos a serem superados. A chamada sociedade da informação não consegue dar respostas para os seus próprios anseios. Nesse sentido, todo o referencial construído ao longo dos anos em torno de teorias que explicam os mecanismos de comunicação da sociedade, mostra que muita coisa ainda precisa ser feita.

O comportamento dos meios de comunicação, que a pesquisa toma como parâmetro e o procedimento adotado pelos cinco jornais diários de Campo Grande merecem exaustivas reflexões. As razões do descaso da mídia impressa em

relação à não cobertura do processo de construção da Agenda 21 podem ser encontradas no próprio distanciamento dos meios que já não conseguem mais mediar as ações da sociedade, conforme relataram alguns dos entrevistados.

As pessoas ouvidas na pesquisa contribuem para a formação de um diagnóstico pouco animador, mas sobretudo real a respeito da construção da Agenda 21 e da relação dos jornais impressos com as questões ambientais de Campo Grande. As considerações do grupo que participou diretamente dos debates são extremamente ricas e podem servir de baliza para algumas atitudes que ainda podem ser tomadas para a reversão da situação existente. A maioria dos entrevistados avalia a participação do cidadão como um elemento de fundamental importância para a melhoria dos serviços oferecidos pelo poder público. Para eles, a essência está no poder de fiscalização que cada um pode exercer.

Entre os que participaram diretamente das reuniões públicas, a versão final do documento de Campo Grande contempla boa parte das necessidades da população. Alguns acreditam que o envolvimento da população poderia ter sido melhor, mas que falta de apoio dos jornais impressos está entre os fatores negativos. Para eles, o envolvimento no processo de construção da Agenda 21 Local é reflexo das conquistas das entidades e foi positivo e poderia ser ainda melhor, caso os jornais tivessem assumido uma postura mais presencial. “Aquele momento passou praticamente despercebido pelos olhos do cidadão”, comenta o representante do movimento ambientalista, ouvido pela pesquisa.

Ele observa que a ausência mais sentida, no entanto, não foi a da sociedade, que de forma indireta, pelas entidades representativas, acabou participando, mas a dos meios de comunicação, em especial, os jornais diários de Campo Grande. Para o ambientalista, a omissão dos jornais não está refletida apenas na postura adotada pelo veículo enquanto empresa, mas também, na conduta dos jornalistas que neles trabalham, que deveriam ter primado pelo compromisso social da profissão.

Para o **entrevistado A**, que acompanhou os primeiros passos da Agenda 21 até a sua conclusão, o papel da mídia precisa ser repensado após a cobertura dada pelos jornais locais. No seu entendimento, os jornais exerceram um papel insignificante diante da importância do assunto e do espaço que ele merecia. “A impressão que ficou é de que os jornalistas não são preparados para abordar esse tipo de assunto”, avalia o entrevistado, lembrando que a cada véspera de reunião, incluindo o evento que marcou o lançamento da proposta para Campo Grande, tinha

que acionar a Assessoria de Imprensa da Prefeitura para tentar sensibilizar os meios de comunicação e nem assim eles se manifestavam.

Conforme o **entrevistado A**, o descaso e a sensação de despreparo dos jornalistas ficavam ainda mais contundentes depois de cada reunião. “As nossas plenárias estavam sempre lotadas. Mas isso não era suficiente para atrair o foco da mídia”, conta. Essa observação é confirmada pela pesquisa que constatou que, com raríssimas exceções e, mesmo assim, com espaço quase insignificante, que ninguém falava nada antes, muito menos depois.

Os comentários do representante da coordenação da Agenda 21 Local (**entrevistado C**) são praticamente convergentes com os do entrevistado B. O que difere é a opinião referente à ausência de cobertura dos jornais. “O descaso com a Agenda 21 está relacionado à formação dos jornalistas que não estão qualificados para a cobertura das questões ambientais”, argumenta.

A análise da opinião dos jornalistas ao mesmo tempo em que mostra a responsabilidade de quem tem o papel de informar, conforme entendem não só os representantes dos movimentos envolvidos na Agenda 21, como também os próprios profissionais, revela algumas contradições. A partir do momento em que não houve a produção de informações, pode-se afirmar que a única relação estabelecida foi a do distanciamento. Dessa forma, o papel da mediação, como foi definido ao longo da pesquisa, não foi cumprido.

Outra constatação que pode ser observada é a de que durante os levantamentos realizados em torno das ações desenvolvidas pela pesquisa, o papel da comunicação social, apontado no objetivo do estudo, também não foi exercido. Infelizmente os jornais, como já foi dito, pouco contribuíram na mobilização e articulação da comunidade, durante o período estudado, para os principais problemas e soluções apontados na Agenda 21 Local, através dos sete temas escolhidos. Fica praticamente impossível falar daquilo que não se sabe, como deixaram entendidos os jornalistas consultados a respeito do assunto.

As quatro pessoas ouvidas nas redações afirmaram saber o significado de Agenda 21, mas assumem a condição de ignorância diante dos eixos exhaustivamente debatidos pelas entidades envolvidas no processo. Isso indica que eles não foram capazes de estabelecerem uma relação com o contexto local da cidade em que habitam, já que a discussão das propostas de cada município está

entre as diretrizes do documento global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante a realização da Eco-92, realizada no Brasil.

Quando culpam os organizadores da Agenda 21 Local pela falta de divulgação, os jornalistas ouvidos pela pesquisa tentam encontrar uma justificativa pela omissão durante os debates que envolveram a elaboração da versão final do documento de Campo Grande. As informações contidas no site da Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura são suficientes para servirem de subsídio para a elaboração de pautas.

A pesquisa também mostra o descontentamento das entidades com o comportamento da mídia impressa. A opinião dos envolvidos na construção da Agenda 21 Local aponta o descaso e a omissão como fruto da falta de qualificação dos profissionais que atuam nos Jornais de Campo Grande. Segundo eles os jornalistas não estão preparados para tratarem de assuntos relacionados ao meio ambiente.

Como a comunicação também é um processo, conforme mostra a pesquisa, os jornais diários da Capital ainda podem mudar os rumos dos passos iniciados no passado e corrigir a rota do futuro. O que existe a respeito da Agenda 21 Local é apenas um documento impresso. A transformação da teoria em prática, que terá que ser feita com a implementação das ações previstas no documento de Campo Grande, pode contar com a participação desses importantes meios que não podem mais ficar alheios. Caso contrário, correm o risco de continuarem sendo interpretados pelo signo da falta de compromisso e do descaso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. **Campo Grande: Nosso Lugar – Documentos Analíticos**. Campo Grande: Instituto de Planejamento Urbano de Meio Ambiente (Planurb), 2004.

AGENDA 21. **Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília, Senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

AGENDA 21. **Campo Grande Nosso Lugar – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável**. Campo Grande: Planurb, 2004.

ARRUDA, A . **Ecologia e Desenvolvimento: representação de especialistas em formação**. In: SPINK, MJ. (org). O conhecimento do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERLO, David K. **O processo da Comunicação -introdução à teoria e à prática**. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

BORN, Rubens Harry. Instrumentos e desafios para a sustentabilidade. Vários Autores (Org.). **Meio Ambiente Brasil – avanços e Obstáculos pós- Rio 92**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BUSATO, Carla, LOUREIRO, Ederly e FIGUEIRA, Kátia Cristina N. **Trabalhos Monográficos: normas técnicas e padrões**. Campo Grande: Ed. Da UNIDERP, 2002.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21. TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAMARGO, Aspásia (Org.). VÁRIOS AUTORES. **Meio ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Cortez.

CRESPO, Samyra. **Uma evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990**. TRIGUEIRO, André (Org.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru, SP, EDUSC, 1998.

DENCKER, Ada de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

Departamento de Comunicação Social do CELAM. **Comunicação: Missão e Desafio**. São Paulo, Paulinas, 1991.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

FONSECA, André Azevedo da. Água de uma fonte só. VILAS BOAS, Sérgio (Org.). **Formação e Informação Ambiental – jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e Jornalismo: uma cartografia dos valores**. São Paulo, Escrituras, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e Controle Social**. Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão Prática**. Portugal, Edições 70, 1994.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo, SP: Atlas, 1992.

LEFF , Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Cenários do Novo Mundo**. São Paulo, Edições NTC, 1998.

MORIN, Edgard. **Cultura de Massa no Século XX.**, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações – Comunicação, Cultura e hegemonia**. Tradução de Ronaldo Polito, Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVAES, Washington. Agenda 21: um novo modelo de civilização. TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NOVAES, Washington. **A década do impasse – Da Rio-92 à Rio+10**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Flávia de Paiva Medeiros de. **Direito, Meio Ambiente e Cidadania: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Madras, 2004.

PLANURB, Instituto de Planejamento Urbano de Campo Grande. **Perfil socioeconômico de Campo Grande – 2004**. Campo Grande, PLANURB, 2004.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 local**. Vitória: EDUFES, 2003.

RAMOS, Roberto. In: GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e Controle Social**. Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SCHERE-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil. VÁRIOS AUTORES. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez, 1998.

SITE DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA. Disponível em <http://www..cgcnoticias.ms.gov.br>. Acesso em 07 de fevereiro de 2005.

TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente na Idade Mídia. TRIGUEIRO, André (Org.,.. **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.